



**PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA
O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE
PERNAMBUCO (PROCONFIS/PE)**

CARTA CONSULTA À COFIEX

Recife, Outubro de 2012

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS

EXECUTOR/COORDENADOR

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA

CO-EXECUTORES

SECRETARIA DA FAZENDA

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA

SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

HÉLIO GURGEL CAVALCANTI

ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO:

SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E CAPTAÇÃO – SEPOC/SEPLAG

EDILBERTO XAVIER DE ALBUQUERQUE JUNIOR

COORDENAÇÃO TÉCNICA PELA SEPLAG:

VIRGINIA MARIA ALMEIDA LACERDA

TÉCNICOS COLABORADORES:

ADRIANO DANZI DE ANDRADE

CINTIA MARIA DA CUNHA ALBUQUERQUE

EMILY MORGAN CALDAS MACEDO

MARCELA MELO DE ANDRADE LIMA

NOEL TEIXEIRA LOPES NETO

PRISCILLA MARIA BARROS DE FRANÇA

RENATA KOSMINSKY

SUMÁRIO

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA	5
1.1. TÍTULO DO PROJETO	5
1.2. TÍTULO ABREVIADO OU SIGLA DO PROJETO	5
1.3. CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS	5
1.4. AGÊNCIA FINANCIADORA	5
1.5. MUTUÁRIO	5
1.6. EXECUTOR	5
1.7. PRAZO DE EXECUÇÃO	5
1.8. MOEDA DO FINANCIAMENTO	5
2. JUSTIFICATIVAS E APRESENTAÇÃO DO PROJETO	6
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO	6
2.1.1. Aspectos Gerais do Estado	6
2.1.2. Cenário Econômico	7
2.1.3. Situação Fiscal	9
2.1.4. Dados econômico-financeiros (extraídos dos cinco últimos balanços)	11
2.2. PRINCIPAIS AVANÇOS ALCANÇADOS NA GOVERNANÇA DO ESTADO	12
2.2.1. O Projeto Todos por Pernambuco	14
2.2.2. A Construção do Modelo de Gestão	15
2.2.3. A Consolidação do Modelo de Gestão	17
2.2.4. A Evolução do Modelo de Gestão - 2011 a 2014	19
2.2.5. Participação Democrática e Regionalizada	22
2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA	25
2.3.1. Sustentabilidade fiscal	25
2.3.2. Gestão da Receita Pública	25
2.3.3. Gestão Financeira e Controle dos Gastos Públicos	26
2.3.4. Gestão dos Investimentos Públicos	28
2.4. JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO EXTERNO	29
2.5. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA FONTE EXTERNA	31
3. PROPOSTA PARA O PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (PROCONFIS/PE)	32
3.1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	32
3.2. OBJETIVO GERAL	32
3.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	32
3.4. IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA	33
3.5. LOCALIZAÇÃO	36
3.6. BENEFICIÁRIOS	36
3.7. MEDIDAS PRÉVIAS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA	37
4. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À PROPOSTA	38
4.1. ARRANJO INSTITUCIONAL	38
4.2. REPASSE DE RECURSOS	38
4.3. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES E/OU SETOR PRIVADO	38
4.4. GASTOS COM CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS	38
4.5. OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO	38
4.6. ÔNUS E BENEFÍCIOS DECORRENTES DO PROGRAMA	39
4.7. IMPACTO AMBIENTAL	39
4.8. RISCOS DO PROGRAMA	39

5. INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO E EXECUTOR	40
5.1. INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO	40
5.1.1. <i>Identificação do Mutuário.....</i>	40
5.1.2. <i>Experiências do Mutuário e do Executor com organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras</i>	40
5.1.3. <i>Informações a serem prestadas exclusivamente quando o Mutuário for Estado, Distrito Federal ou Município.....</i>	42
5.1.4. <i>Indicação de Contragarantias</i>	42
5.2. INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR E CO-EXECUTORES	42
5.2.1. <i>Identificação do Executor.....</i>	42
5.2.2. <i>Identificação dos Co-Executores Técnicos.....</i>	42
5.2.3. <i>Ações Necessárias para o fortalecimento institucional do Executor e Co-Executores</i>	44
5.3. DETALHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DA PROPOSTA	44
5.3.1. <i>Cronograma Físico-Financeiro</i>	44
5.3.2. <i>Fontes de Recursos.....</i>	44
6. RESPONSÁVEIS PELO CONTATO COM A COFLEX.....	45
ANEXOS	47

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA PROPOSTA

1.1. TÍTULO DO PROJETO

Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco

1.2. TÍTULO ABREVIADO OU SIGLA DO PROJETO

PROCONFIS/PE

1.3. CUSTO TOTAL E FONTES DE RECURSOS

O Valor Total do Programa está orçado em US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares americanos), com fontes distribuídas conforme quadro a seguir:

Discriminação	Valor (US\$ Milhões)	%
Fonte Externa (BID) *	400	100
Contrapartida	0	0
Custo Total	400	100

* Considerando a natureza da operação, “empréstimo baseado em políticas públicas” (Policy Based Loan - PBL), não há necessidade de contrapartida financeira por parte do Estado de Pernambuco.

1.4. AGÊNCIA FINANCIADORA

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

1.5. MUTUÁRIO

Governo do Estado de Pernambuco.

1.6. EXECUTOR

A coordenação do Programa está a cargo da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG.

1.7. PRAZO DE EXECUÇÃO

O Programa será executado em um prazo de 02 (dois) anos por meio de instrumento de empréstimo do tipo PBL (Policy Based Loan). Os recursos serão desembolsados em duas *tranches* após a verificação dos marcos legais acordados na **MATRIZ DE POLÍTICAS**.

1.8. MOEDA DO FINANCIAMENTO

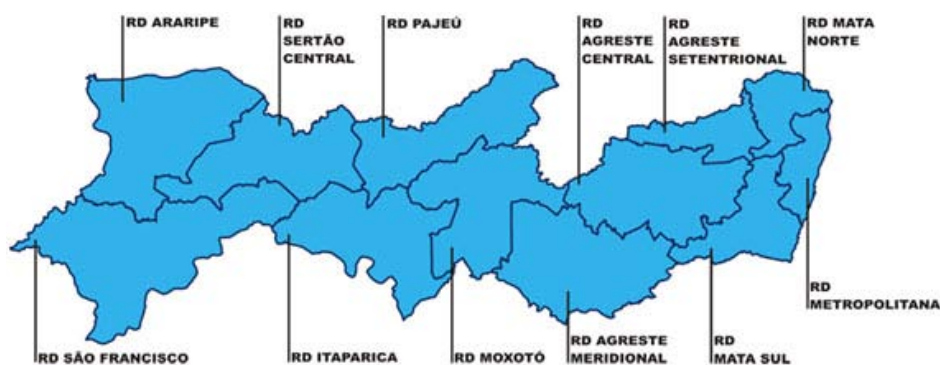
O contrato de financiamento pretendido deverá ser firmado adotando o dólar americano como moeda.

2. JUSTIFICATIVAS E APRESENTAÇÃO DO PROJETO

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTADO

2.1.1. Aspectos Gerais do Estado

O Estado de Pernambuco, com uma área de 98.311 km², apresenta uma conformação geográfica longitudinal no sentido leste-oeste e estreitando-se no sentido norte-sul. Possui 184 municípios e 1 Distrito distribuídos em doze Regiões de Desenvolvimento (RD): Metropolitana (14 municípios e 1 Distrito), Mata Norte (19 municípios), Mata Sul (24 Municípios), Agreste Setentrional (19 municípios), Agreste Central (26 Municípios), Agreste Meridional (26 Municípios), Sertão do Pajeú (17 Municípios), Sertão do Moxotó (7 municípios), Sertão de Itaparica (7 Municípios), Sertão Central (8 Municípios), Sertão do Araripe (10 Municípios) e Sertão do São Francisco (7 municípios).



Mapa do Estado de Pernambuco, por Regiões de Desenvolvimento - RD

Pernambuco tem, atualmente, uma população de 8,8 milhões de habitantes, correspondente a 4,6% da população brasileira e 16,6% da nordestina, com forte concentração na Região Metropolitana do Recife (RMR) – 42% da população total do Estado – e taxa de urbanização de 97,25%, registrando uma densidade demográfica de 1.325,12 habitantes por quilômetro quadrado.

Região de Desenvolvimento	Qtd. Municípios	População 2010	Área (km ²)	Dens. Demog. (hab/km ²)	IDH 2000	PIB 2008 (R\$ milhões)
Metropolitana	15	3.691.057	2.785,441	1.325,12	0,738	45.738,3
Mata Norte	19	577.793	3.242,94	178,17	0,650	2.860,10
Mata Sul	24	733.904	5.161,594	142,19	0,626	3.378,80
Agreste Setentrional	19	527.081	3.535,934	149,06	0,636	1.988,50
Agreste Central	26	1.049.078	10.103,53	103,83	0,634	5.412,20
Agreste Meridional	26	641.053	10.756,457	59,60	0,598	2.800,50
Sertão do Pajeú	17	314.642	8.778,450	35,84	0,640	1.353,30
Sertão do Moxotó	7	213.417	9.045,453	23,59	0,633	856,40
Sertão de Itaparica	7	134.211	9.514,003	14,11	0,657	1.046,00
Sertão Central	8	171.303	9.121,136	18,78	0,670	678,90
Sertão do Araripe	10	307.658	11.613,757	26,49	0,620	1.135,20
Sertão do S. Francisco	7	434.835	14.652,921	29,68	0,708	3.192,70
PERNAMBUCO	185	8.796.032	98.312	89	0,705	70.441

Tabela das Principais características das Regiões de Desenvolvimento - RD

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Agência CONDEPE/FIDEM.

2.1.2. Cenário Econômico

Segundo dados do IBGE/CONDEPE/FIDEM, o Estado de Pernambuco apresentou crescimento econômico acima do Brasil no período 2008 a 2011, sendo esperada a manutenção deste crescimento também ao longo de 2012.

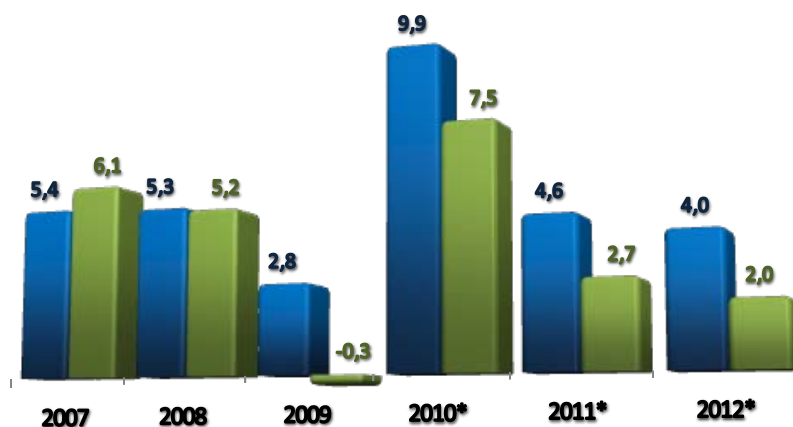


Gráfico da Variação do PIB de Pernambuco e do Brasil – 2007-2012

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Agência CONDEPE/FIDEM

* Valores Estimativos

Esse ritmo de crescimento tem possibilitado ao Estado avanços sociais e econômicos dentre os quais podemos destacar a geração de 485 mil empregos nos últimos cinco anos, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego, o que possibilitou uma redução na taxa de desocupação na Região Metropolitana do Recife de cerca de 59,7%, sendo a mesma reduzida de 15,6% em 2006 para 6,2% em 2011, de acordo com o IBGE.

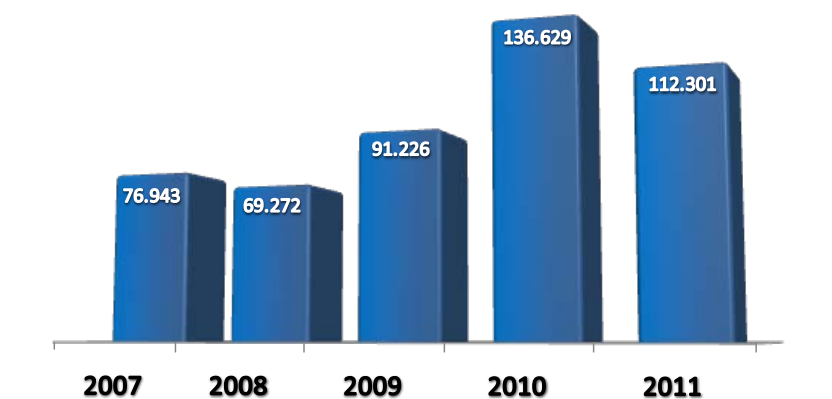


Gráfico da quantidade de empregos gerados em Pernambuco por Ano – 2007-2011

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - CAGED / CONDEPE-FIDEM

Tal cenário deixa Pernambuco, mais especificamente sua região metropolitana, próxima à situação de pleno emprego, possibilitando benefícios sociais sem par na sociedade pernambucana, como a redução em 32% da taxa de pobreza no Estado e o crescimento da renda média de sua população em 43%.

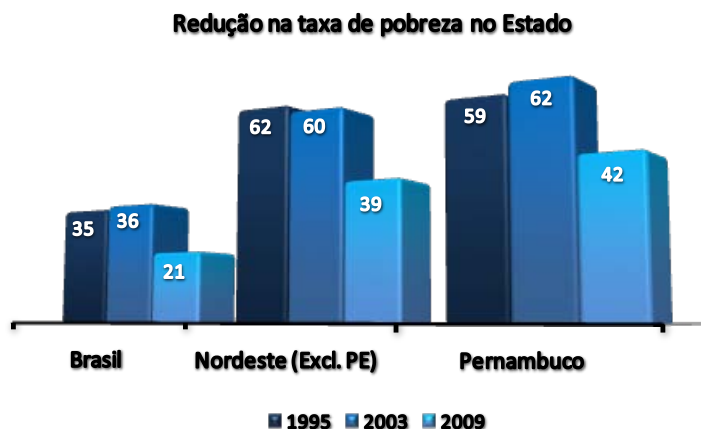
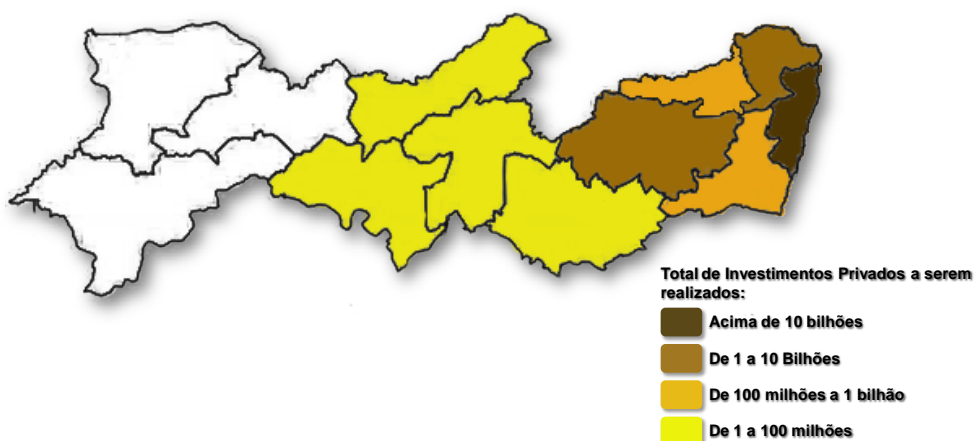


Gráfico da Taxa de Pobreza: Brasil, Nordeste e Pernambuco – 1995-2009

Esse crescimento tem sido possibilitado, em boa parte, pela atração que o Estado tem exercido sobre grandes investimentos privados em diversos setores da economia, em especial em relação a empreendimentos industriais. Grandes empresas têm demonstrado interesse em se instalar em Pernambuco, com foco tanto nas possibilidades logísticas criadas pelos empreendimentos estruturadores implantados e em implantação no Estado (destaque para o Porto de SUAPE), como no potencial do mercado consumidor do Nordeste do Brasil, o que indica tendência de manutenção do crescimento comprovado nos últimos anos. A previsão do Governo do Estado é que, até 2014, mais de R\$ 38,6 bilhões sejam investidos em novos empreendimentos, localizados em diversas Regiões de Desenvolvimento, conforme a figura a seguir:



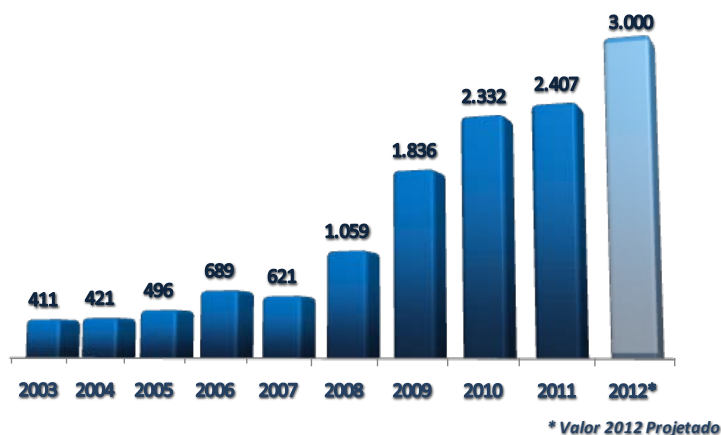
Empreendimentos privados em implantação no Estado, por Região de Desenvolvimento

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco

Para a manutenção do ritmo de crescimento do Estado, entende-se necessária a ampliação dos investimentos públicos, especialmente com projetos de aumento e qualificação de sua infraestrutura e de estímulo à geração de emprego e renda.

2.1.3. Situação Fiscal

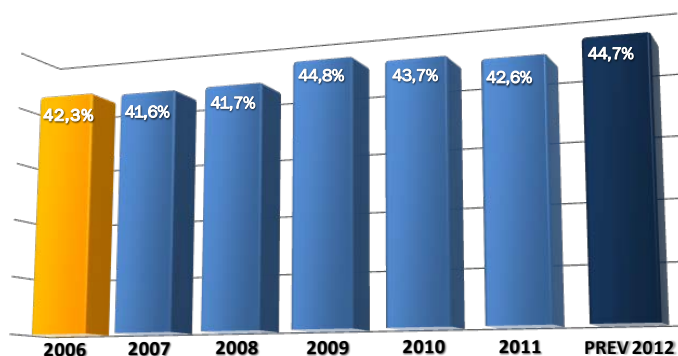
O esforço de investimento necessário à manutenção do crescimento vem sendo realizado à medida que, em coordenação com o Governo Federal, o Estado de Pernambuco adote uma política fiscal anticíclica consistente para proteger a estabilidade macro-econômica e os principais indicadores sociais. A receita de arrecadação dos impostos do Estado cresceu, nos últimos anos, graças aos investimentos públicos e privados. O Estado foi capaz de sustentar os gastos sociais e investimentos, e ao mesmo tempo, atingir as suas metas fiscais, como, por exemplo, o superávit primário.



**Gráfico da Evolução dos Investimentos e Inversões – Todas as Fontes
(Valor 2012 projetado)**

Fonte: SEPLAG / Extração E-Fisco

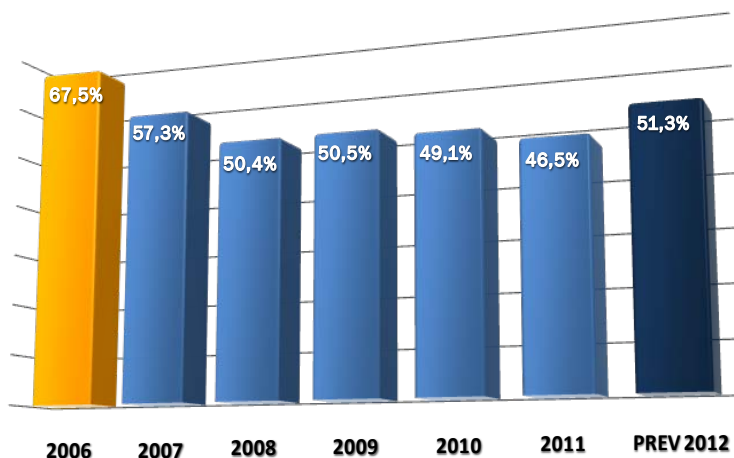
Assim, dentre os indicadores que demonstram a boa situação fiscal do Estado e por consequência sua capacidade de realização de investimentos, estão o controle de seus gastos com pessoal, assim como o percentual de sua dívida consolidada sobre sua Receita Corrente Líquida, como demonstrado nos gráficos a seguir:



Poder Executivo
Fonte: Balanço Geral do Estado e Relatório de Gestão Fiscal

Gráfico do percentual da Despesa de Pessoal do Poder Executivo sobre a Rec. Corrente Líquida

Fonte: SEPLAG / Extração E-Fisco

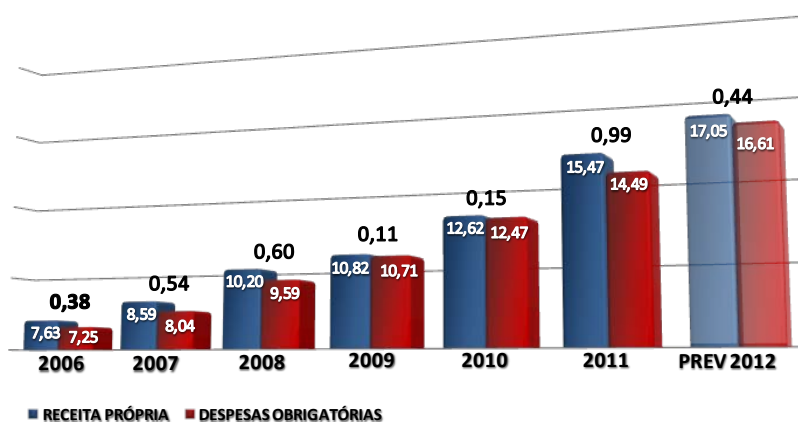


Fonte: Balanço Geral do Estado e Relatório de Gestão Fiscal

Gráfico do percentual da Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida

Fonte: SEPLAG / Extração E-Fisco

A realização dos investimentos necessários à manutenção do desenvolvimento, por sua vez, depende de grande volume de recursos, que em parte são atendidos por receitas próprias do Estado. Para o ano de 2012, está estimada uma margem de cerca de 440 milhões de reais, para um investimento esperado de 3 bilhões de reais.



Fonte: Balanço Geral do Estado e Relatório de Gestão Fiscal

Gráfico da Margem de Investimento do Estado de Pernambuco – 2006 a 2012 (Previsão)

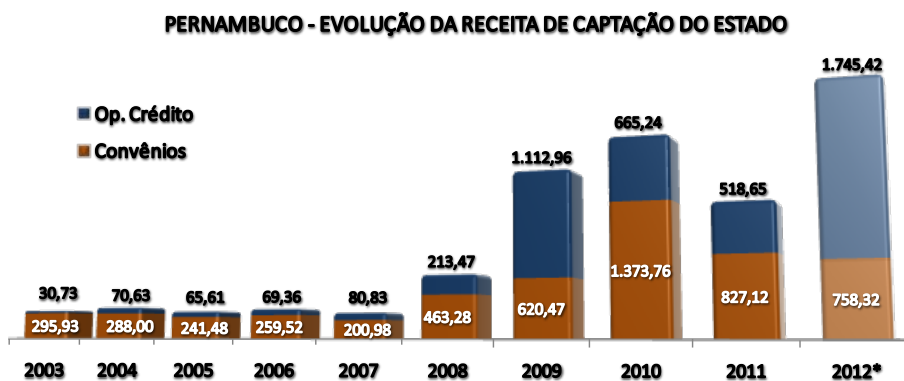
Fonte: SEPLAG / Extração E-Fisco

Torna-se imprescindível, nesse cenário, a existência de política efetiva de captação de recursos, combinando a efetivação de oportunidades de financiamento não reembolsáveis existentes junto ao Governo Federal - nas diversas ações em que os objetivos estaduais e federais se equivalem - e as oportunidades de financiamento junto a organismos nacionais e multilaterais, que possuam linhas de crédito a entes públicos, com foco na indução do crescimento econômico e social.

A política de captação adotada pelo governo de Pernambuco, parte integrante de seu Modelo de Gestão, prioriza os programas geradores de impactos positivos e de abordagem multissetorial com foco nos resultados.

Tais programas multissetoriais são planejados e executados sob coordenação da Secretaria de Planejamento e Gestão, envolvendo diferentes secretarias em diferentes áreas de atuação. Assim, as ações desenvolvidas no seu escopo, apesar de serem de responsabilidades de atores diversos, possuem sistema de gestão coordenado dando suporte a sua eficaz execução.

Assim, a existência de financiamentos multissetoriais junto a diferentes organismos financiadores tem tido grande sucesso no escopo do Modelo de Gestão do Governo de Pernambuco, permitindo o crescimento dos investimentos públicos no Estado, e gerando impacto sensível no ingresso de receitas de captação a partir do ano de 2008. Nesse período, foram assinadas seis operações multissetoriais coordenadas pela SEPLAG, somando cerca de 2,85 bilhões de reais.



*Gráfico da Evolução da Receita de Captação do Estado – 2003 a 2012 (*Estimado)*

Fonte: SEPLAG / Extração E-Fisco

2.1.4. Dados econômico-financeiros (extraídos dos cinco últimos balanços)

Valores (R\$ mil)	2007	2008	2009	2010	2011	
Receita Corrente Líquida – RCL	8.301.076	10.010.231	10.624.548	12.435.719	14.553.205	
Total Operações de Crédito	80.305	213.209	1.111.208	664.395	516.969	
Amortização+juros+encargos da dívida	681.653	737.670	771.861	616.298	716.875	
Dívida Consolidada Líquida	4.404.193	4.249.424	4.563.283	4.798.706	5.579.515	
Indicadores (%)	2007	2008	2009	2010	2011	Limite
Dívida Consolidada Líquida /RCL	53,06	42,45	42,95	38,59	38,34	200
Operações de Crédito /RCL	0,97	2,13	10,46	5,34	3,55	16
Amortizações, Juros e Encargos /RCL	8,21	7,37	7,26	4,96	4,93	
Saldo Global de Garantias /RCL	0,27	0,23	0,16	0,05	0,04	22
Operações ARO /RCL						
Op. de Crédito /Despesas de Capital	7,00	14,05	46,14	24,42	26,80	
Despesa Total com Pessoal /RCL	50,63	49,82	53,31	51,77	50,19	

Dados Econômico-Financeiros do Estado de Pernambuco

Fonte: SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco – Julho/2012

Especificamente em relação às metas de resultado primário acordadas no PAF em vigência, temos os seguintes valores:

Valores (R\$ milhões)	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Resultado Primário	(112)	65	(369)	(1.128)	(1.458)	(607)

Dados Econômico-Financeiros do Estado de Pernambuco

Fonte: PAF 2012-2014 Estado de Pernambuco

A ocorrência projetada de déficits primários nos próximos anos é ocasionada pelo volume novas operações de crédito a contratar previstas para o período, justificadas pelos investimentos públicos necessários à manutenção do ciclo de desenvolvimento econômico por que passa Pernambuco.

2.2. PRINCIPAIS AVANÇOS ALCANÇADOS NA GOVERNANÇA DO ESTADO

O elemento-chave articulador das várias ações pensadas para o Governo de Pernambuco, a partir de 2007, foi a estratégia para a integração do Estado visando seu desenvolvimento equilibrado e sustentável - integrar para desenvolver. Tal estratégia considera as diversas dimensões: econômica, social, espacial e político-institucional, com vistas ao desenvolvimento harmônico e integrador, em especial, às regiões e populações mais isoladas do conjunto das transformações aceleradas ocorridas noutras áreas de Pernambuco, particularmente na Região Metropolitana do Recife, o principal centro econômico e cultural do Estado.

Vale ressaltar que o compromisso era de reconhecer os desníveis e diferenças econômicas, sociais, culturais e espaciais existentes; e intervir tratando desigualmente os desiguais, para reduzir as diferenças entre os cidadãos pernambucanos, aumentando, assim, a equidade no estado de Pernambuco.

Para a **dimensão econômica**, era necessário promover e aprofundar a integração dos vários subespaços da própria economia estadual, intensificando os esforços para elevar os níveis e oportunidades de desenvolvimento nas regiões interioranas de modo a reduzir as distâncias que as separam da realidade econômico-produtiva. Como também, intensificar a integração estadual com a economia nacional, para obter mais benefícios das ondas de expansão, seja dos investimentos governamentais federais, seja dos investimentos privados, de modo a fortalecer o potencial produtivo da economia estadual vis-à-vis as transformações em vigência no plano nacional. Era necessário despender esforços para aproveitar dos possíveis benefícios que as diretrizes das políticas setoriais do governo federal para o Estado, da nova política de promoção da inovação, do movimento de descentralização das instituições públicas e privadas de ensino superior, entre outros. Na esfera privada, era também necessário convergir esforços no sentido de atrair empreendimentos que reforçasse o adensamento de cadeias produtivas importantes como, exemplo: empresas vinculadas à formação de uma cadeia petroquímica local.

Para a **dimensão social**, foi imprescindível buscar esforços para melhorar os indicadores sócio-culturais das várias regiões do Estado em direção ao patamar médio mais equitativo, principalmente entre os da RMR e interior. E também, para somar ao esforço de expansão generalizada dos atributos sociais nas áreas interioranas, era necessário desenvolver ações para elevar os referidos indicadores em direção à aproximação e/ou superação das médias nacionais. O grande desafio de melhorar essas condições sociais das populações nas várias regiões do Estado exigiu abordagens multidisciplinares e sistêmicas, tanto do planejamento quanto da execução da política pública. Assim se considerou as dimensões culturais dos problemas sociais, uma vez que a relação entre pobreza econômica e baixos indicadores sociais, continuavam caminhando no mesmo sentido e com a mesma intensidade.

Em Pernambuco, as regiões eram portadoras de baixo nível de desenvolvimento humano (IDH) que geravam razoável nível de produção econômica, como são os casos da Mata Norte e Mata Sul, mas esses subespaços não tinham sido capazes de melhorar os seus indicadores sociais.

Ao longo dos anos 90, houve um importante processo de descentralização de recursos governamentais, bem como das atribuições sobre esses recursos em direção aos municípios, exigindo um nível de reaparelhamento institucional do poder local que muitas vezes era muito além da capacidade efetiva dos mesmos.

Para tornar Pernambuco mais equânime era essencial que o Governo do Estado assumisse a coordenação do importante papel de interlocução e parceria na relação com os governos municipais.

O Governo do Estado tem contribuído com os municípios para melhorar a gestão e o planejamento locais, em especial àquelas áreas de atribuição exclusiva da esfera municipal (educação básica e saúde, por exemplo) e assim, passassem a ter um desempenho mais satisfatório, em termos da melhoria dos indicadores sociais.

Na **dimensão espacial**, o Governo adotou programas também contendo abordagem espacializada com ações econômicas e sociais. No entanto, cabe ressaltar que a integração espacial precisava, entre outros meios, para se materializar, que se efetivasse a ampliação da infraestrutura de transportes e comunicações de modo diminuir a existência de regiões com déficits crônicos de dotação de bens públicos ofertados pelo governo estadual. Era premente a ampliação da oferta e uso mais intenso da infraestrutura social – em especial a de prestação de serviços de saúde e a de oferta de ensino médio ou profissionalizante e por isso a decisão era ampliar o acesso ao conhecimento e à informação no interior do Estado.

A **dimensão político-institucional** foi reconhecida na atuação do Governo do Estado como elemento mediador, regulador e também viabilizador das ações concernentes às outras dimensões, que aceitou o desafio de garantir a participação pró-ativa da sociedade organizada no processo de desenvolvimento, e ainda garantir as condições

mínimas institucionais para se realizar as políticas públicas necessárias, as quais passavam pela valorização e modernização do sistema de gestão pública e pela coesão e objetividade na aplicação das ações públicas que dessem resultados.

A Gestão Pública por Resultados adotada pelo Governo vem promovendo mudanças de valores, paradigmas e patamares porque tem sido capaz de conectar a ação governamental ao cidadão de uma forma qualitativamente superior ao padrão de trabalho usual, delimitado por normas e regras em excesso, onde muitas vezes a burocracia é um fim em si mesmo.

Dentro dessa nova realidade, as questões da transparência e do controle social tornaram-se elementos essenciais para legitimar o Governo junto à população. Se o Estado deve desenhar políticas e programas olhando para o cidadão e seus problemas reais, deve avaliar bem se a ação programada do governo corresponde à expectativa do que deveria ser realizado. Nesse modelo, o poder público precisa dialogar continuamente com a sociedade, para a construção e efetivação de suas políticas, prestando contas dos recursos públicos gastos, com a comunicação ética e responsável dos resultados alcançados.

Duas concepções centrais fundamentaram o modelo adotado pelo Estado de Pernambuco: a de um planejamento democrático e orientado para os que mais precisam do governo e a de um tratamento regionalizado das políticas públicas.

O planejamento é conceitualmente entendido como “processo ao mesmo tempo técnico e político” e como tal, deve partir da concepção, segundo a qual cabe a governos democráticos e populares, da estruturação dos espaços institucionais especiais para acolher e tratar as pressões reveladoras dos diversos interesses existentes numa sociedade complexa – constituída por interesses múltiplos - e organizada em bases capitalistas – onde os conflitos de classe são claramente perceptíveis.

Assumiu-se então, o entendimento de que as instâncias da democracia representativa (partidos, parlamento) podem e devem conviver com outras instâncias de participação da sociedade, para auxiliar na montagem de processos decisórios amplamente mobilizadores das forças vivas da sociedade. Adicionalmente, a clara concepção de que a abordagem regional se constitui em uma opção estratégica na montagem das políticas públicas. O objetivo proposto era trazer a abordagem regional para o “coração” do processo de planejamento das políticas públicas, estimulando que a sociedade de cada região do Estado se organizasse para influir na alocação dos recursos públicos – em especial os aplicados pelo Governo Estadual - e na construção de planos estratégicos capazes de nortear a construção do futuro desejado pelos pernambucanos residentes nas diversas regiões.

2.2.1. O Projeto Todos por Pernambuco

O Governo, no início da sua 1ª gestão, em 2007, criou o Projeto Todos por Pernambuco, que implantado com sucesso, mostrou resultados reconhecidos pela

população beneficiada. Esse projeto desempenhou um importante papel no processo de elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 e nas Leis Orçamentárias de 2008, 2009 e 2010, tendo ainda orientado toda a atuação do Governo Estadual, inclusive com a definição das ações prioritárias que respondem aos objetivos estratégicos de Pernambuco.

Basicamente, o modelo avançou na alteração significativa do modo de governar e, em especial, na maneira de eleger as prioridades que norteiam as políticas, programas e projetos que vêm sendo executados pelo Governo. No modelo foram explicitadas novas bases para a prática de um processo de planejamento que seja a um só tempo democrático – posto que orientado para atender aos interesses da maioria dos pernambucanos e organizado de forma a permitir ampla participação no processo decisório que define as políticas públicas estaduais – e, regionalizado – posto que organizado com o intuito claro de considerar e valorizar a rica diversidade que marca a realidade estadual, combatendo o desequilíbrio.

O Projeto Todos por Pernambuco oportunizou a estruturação de esferas intercomunicantes presentes no planejamento estatal, entendendo este como um processo político com dimensões técnicas: o político, na medida em que foram criados espaços institucionais específicos para acolher as manifestações da sociedade em seu desejo de influir na formulação de políticas públicas, tanto no corte regional quanto no corte estadual, e o técnico, na medida em que o Estado procurou estruturar-se adequadamente para fazer frente a esses desafios.

O PPA 2008-2011 já foi construído a partir de uma forte integração entre o Governo Estadual e a população de todas as regiões do Estado, tendo sido utilizados ainda dois eficientes canais de diálogo: os Cadernos de Avaliação e Propostas (mais de 5.000 unidades enviadas às representações da sociedade, com um retorno de cerca de 20%, formando um importante banco de informações para o Governo) e os Seminários Regionais (realizados nas 12 regiões e contando com mais de 7.000 participantes, registrando mais de 70 horas de debates, com cerca de 600 cidadãos que utilizaram o espaço democrático). O PPA apresentou, de forma inédita, um volume de programas destinados a cada região, permitindo que a sociedade auxilie o Governo a monitorar as ações voltadas para seu território.

2.2.2. A Construção do Modelo de Gestão

No contexto descrito anteriormente, o Projeto se transformou no Modelo de Gestão: Todos por Pernambuco – Gestão Democrática e Regionalizada, com foco em Resultados, estruturado a partir de quatro perspectivas de ação e dez objetivos estratégicos organizados no Mapa da Estratégia, com a visão de futuro explicitada, os focos prioritários definidos e as premissas orientadoras do planejamento e do monitoramento da ação governamental. O foco nos resultados obtidos a partir da consecução das metas prioritárias previstas para cada objetivo estratégico deu suporte à integração dos diversos órgãos, orientados por uma mesma política pública e garantiu o alinhamento das ações do Governo na direção da sua visão de futuro.

Tal alinhamento estratégico foi previsto dentro da construção do modelo a partir do paradigma da aproximação do orçamento e planejamento, visto que para as metas prioritárias do governo descritas no Mapa da Estratégia, previa-se a dotação orçamentária no sistema de controle orçamentário do estado – o e-fisco - para os órgãos executantes das mesmas.

O Mapa da Estratégia, a seguir demonstrado, orientou também o monitoramento e a avaliação das ações do Estado desde 2008.

Com pactuação do Mapa da Estratégia com todas as secretarias, o Governo guiou suas ações para os dois Focos Prioritários: “Estratos mais Vulneráveis da População” e “Interiorização do Desenvolvimento”, que ao mesmo tempo, contribuiu para combater as diferenças e as disparidades entre segmentos da população e entre as regiões que compõem o Estado. Essa forma inovadora de gestão ganhou força para implantação de uma política pública que consolidasse a atuação regionalizada da administração, e conseguisse estar presente na lógica da gestão estadual, em todos os seus desdobramentos.



Mapa da Estratégia do Estado de Pernambuco 2008-2010

A Transparência na Gestão e Controle Social da Ação do Governo, a premissa do Mapa, eram ferramentas para assegurar que a trajetória fosse cumprida de forma efetiva, reequilibrando as condições de desenvolvimento de Pernambuco. Os resultados da implantação do Modelo de Gestão Todos por Pernambuco foram comprovados através de indicadores mensuráveis, obedecendo à premissa que apontava para a visão de futuro. Enfim, a forma inovadora de gestão foi a base que

guiou todas as ações do Governo, sempre ligadas a um dos objetivos estratégicos que traduziam as necessidades do Estado e consolidavam essa gestão.

A visão de futuro voltada para o “Desenvolvimento Social Equilibrado e a Melhoria das Condições de Vida do Povo Pernambucano” deu rumo aos esforços de todas as secretarias, nas suas ações cotidianas, permitindo que a abordagem territorial fosse vislumbrada e se transformasse em ação corrente.

Para que todos pudessem visualizar essa nova forma de governar, o Mapa da Estratégia foi distribuído para toda a estrutura administrativa do Governo e apresentado pelo próprio Governador a todos os servidores – gestores e dirigentes -, cerca de 4.000 pessoas, no final de 2008, juntamente com os resultados do 1º ano de governo.

2.2.3. A Consolidação do Modelo de Gestão

O que vem impulsionando tudo isso é o Modelo de Gestão Todos por Pernambuco – Gestão Democrática e Regionalizada, com foco em Resultados. Hoje, Pernambuco é um lugar com mais oportunidades, onde os pernambucanos sentem o desenvolvimento em suas regiões e em suas vidas.

A consolidação da nova forma de governar aconteceu com os resultados conquistados espalhados por todo o Estado, a exemplo de:

- A oferta de água aumentou, tirando mais de 1,5 milhão de pessoas do racionamento.
- A construção de mais três hospitais metropolitanos e a reforma e ampliação das grandes emergências estão adicionando 1.307 novos leitos à Rede Estadual de Saúde.
- A implantação de 147 novas Escolas de Referência em Ensino Médio e de 13 novas Escolas Técnicas, sendo sete estaduais, reflete a expansão dos investimentos na Educação.
- A criação do Pacto Pela Vida – o maior programa de Segurança Pública da história do Estado – vem reduzindo a violência desde 2007 e provocou a queda de 12,4% na taxa de homicídios em 2009.
- Obras rodoviárias dão acesso aos municípios antes isolados, integram pólos de desenvolvimento e reforçam a ligação de Pernambuco com os estados vizinhos.
- A atração de grandes investimentos do Governo Federal e de novas empresas tem contribuído para abrir novas oportunidades de empregos, ano após ano, na capital e no Interior.
- No Complexo Industrial e Portuário de Suape, por exemplo, foi investido o equivalente a duas vezes e meia a soma dos investimentos dos 30 anos anteriores, com um crescimento de 52% no número de indústrias atraídas ao local. Entre tantos outros.

Não somente os resultados positivos da nova forma de gerir a administração pública eram reconhecidos pela população de Pernambuco, a mídia nacional veiculava esses resultados, como explicitados a seguir:

- Em julho de 2009, o Governador do Estado foi agraciado pelo Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), considerado como o “Oscar da Gestão”, com a “Medalha Pessoa Física” - primeira honraria concedida a um administrador público, antes entregue apenas a empresários – pelo trabalho desenvolvido na modernização da gestão no Governo de Pernambuco
- Em agosto de 2009, a Revista Exame, de circulação nacional, publicou reportagem sob o título “A banda ‘boa’ do setor público”, destacando a experiência pernambucana na área de gestão pública.
- Em outubro 2009, o jornal O Estado de São Paulo mostrou a importância da economia do Nordeste para o desenvolvimento do país, com destaque para Pernambuco.
- Em novembro 2009, o jornal Valor Econômico apresentou os números de redução de homicídios no Estado como fruto da gestão do programa Pacto pela Vida.

Não bastava que os resultados positivos fossem reconhecidos pela população e pela mídia, era necessário garantir que na estrutura da “máquina” pública houvesse servidores que “tomassem conta” do Modelo de Gestão e evoluíssem com ele e assim, medidas formais foram tomadas, como a seguir:

- Em setembro de 2009, foi sancionada a Lei Complementar 141 instituindo o Modelo Integrado de Gestão do Poder Executivo, composto por quatro Sistemas: Controle Social, Planejamento e Gestão, Gestão Administrativa e Controle Interno.
- Em 2009, foi celebrado junto ao Movimento Brasil Competitivo convênio referente à 2ª parte do Programa de Modernização da Gestão Pública – PMGP que tem como objeto a prestação de consultoria nas áreas de revisão de processos e gestão por resultados nas Secretarias de Educação, Saúde e Planejamento e Gestão.
- No final de 2009, foram os primeiros analistas, aprovados pelo 1º Concurso Público Estadual, cujos planos de carreira, salários e gratificações foram regulamentados pelas Leis Complementares 117, 118 E 119, para iniciar as carreiras de Analista de Planejamento, Orçamento e Gestão (APOG), Analista de Gestão Administrativa (AGAD) e Analista de Controle Interno (ACI) realizado em dezembro de 2008, para provimento de 700 vagas no quadro permanente do Estado, com o objetivo de tornar o Modelo de Gestão por Resultados uma política de Estado.
- Em 2010 foi realizado o 2º Concurso Público Estadual para reforçar o quadro de servidores das novas carreiras. Em 22 de novembro iniciou-se a segunda etapa do concurso – o curso de formação, de caráter eliminatório, envolvendo 306 candidatos a analistas das três carreiras - tendo sido nomeados em Fevereiro de 2011 através de Decreto.

A confirmação que o rumo estava certo para Pernambuco veio em outubro de 2010, quando o Governo de Pernambuco foi avaliado pela população do Estado, reelegendo o Exmo. Governador Eduardo Campos com mais de 82% votos nas últimas eleições, tornando-o assim o mais votado no Brasil.

2.2.4. A Evolução do Modelo de Gestão - 2011 a 2014

Diante da resposta à confiança depositada pela maioria dos pernambucanos nessa nova forma de gerir o Estado foi consolidada e, para seguir “daqui para melhor”, foram realizados ajustes e adequações na estrutura administrativa e na equipe do Governo para melhor atuação diante o atual cenário que Pernambuco.

Para tanto, o Plano de Governo para 2011 a 2014 foi elaborado com o compromisso em tornar o novo Pernambuco “melhor para trabalhar, melhor pra viver”, com novas propostas, linhas de ação e frentes de trabalho a inaugurar, apontando os novos eixos de intervenção sobre as bases construídas, mensuráveis e monitoradas pelo Governo e pela Sociedade.

Agora os temas são abordados em três áreas estratégicas:

- A primeira está relacionada com o conceito ampliado de qualidade de vida e situa as intervenções voltadas para garantir bens e serviços públicos de qualidade a todos os pernambucanos, marcando o compromisso de priorizar as ações que impactam a realidade das pessoas.
- A segunda reúne os eixos que configuram o modelo de desenvolvimento sustentável em implantação, gerando oportunidades de inclusão produtiva e distribuição de renda, ampliando e qualificando os padrões de produtividade e competitividade sistêmica da economia pernambucana.
- A terceira refere-se à estruturação e à profissionalização da administração pública estadual, tornando-a mais capaz de gerar resultados para a sociedade através da entrega efetiva de bens e serviços, destacando a Responsabilidade Fiscal e o Modelo Integrado de Gestão. Representam, portanto, duas grandes áreas finalísticas suportadas por uma área-meio ajustada para viabilizar, gerenciar e racionalizar os recursos disponíveis.

Para tanto, um novo Mapa da Estratégia foi estruturado, seguindo a mesma metodologia e lógica adotadas na construção do Mapa anterior. O novo Mapa tem três perspectivas de ação e doze objetivos estratégicos organizados, com uma visão de futuro renovada, os focos prioritários ampliados e três premissas orientadoras ao planejamento e ao monitoramento da ação governamental. O foco nos resultados por objetivo estratégico também dará suporte à integração dos diversos órgãos da nova estrutura administrativa, orientados por uma mesma política pública e garantirá o alinhamento mais afinado das ações do Governo na direção à melhoria e efetividade dos resultados a serem conquistados. A experiência exitosa de trabalhar multissetorialmente na condução de Pacto pela Vida inspirou a criação de novos pactos em áreas prioritárias.

Em cada área estratégica, os eixos de intervenção sintetizam as principais linhas de ação e as propostas que apontam para a continuidade do trabalho executado e o lançamento de novas plataformas de atuação.

Para continuar em uma direção compartilhada por todo o Governo, são apontados em quatro vetores:

1. A abordagem territorial do desenvolvimento;
2. O tratamento transversal da questão ambiental;
3. A agenda social;
4. A inovação tecnológica como elemento agregador de valor.

Esses vetores permitem que a agenda do futuro seja compatível e tenha unidade sistêmica ao modelo de desenvolvimento sustentável em construção. E ainda, servem também como diretrizes para manutenção do ciclo virtuoso de desenvolvimento no Estado e para sua população, corrigindo o déficit ainda existente e projetando as bases de um novo tempo.

No novo Mapa, os objetivos estratégicos estão alocados em três perspectivas: a perspectiva “QUALIDADE DE VIDA – UMA VIDA MELHOR PARA TODOS OS PERNAMBUCANOS”, a perspectiva “NOVA ECONOMIA - OPORTUNIDADES PARA TODOS OS PERNAMBUCANOS”, e a perspectiva “O ESTADO DO FAZER – CAPACIDADE DE GERAR RESULTADOS PARA TODOS OS PERNAMBUCANOS”.

Com a visão de futuro renovada para tornar o Novo Pernambuco um lugar melhor para trabalhar e melhor para viver, novas premissas foram consideradas, como a seguir: Responsabilidade, Transparência e Controle Social; Disposição para o diálogo com a Sociedade; e Ciclo Integral de Gestão, com Foco em Resultados.

Os Focos Prioritários também foram ampliados para três, como a seguir:

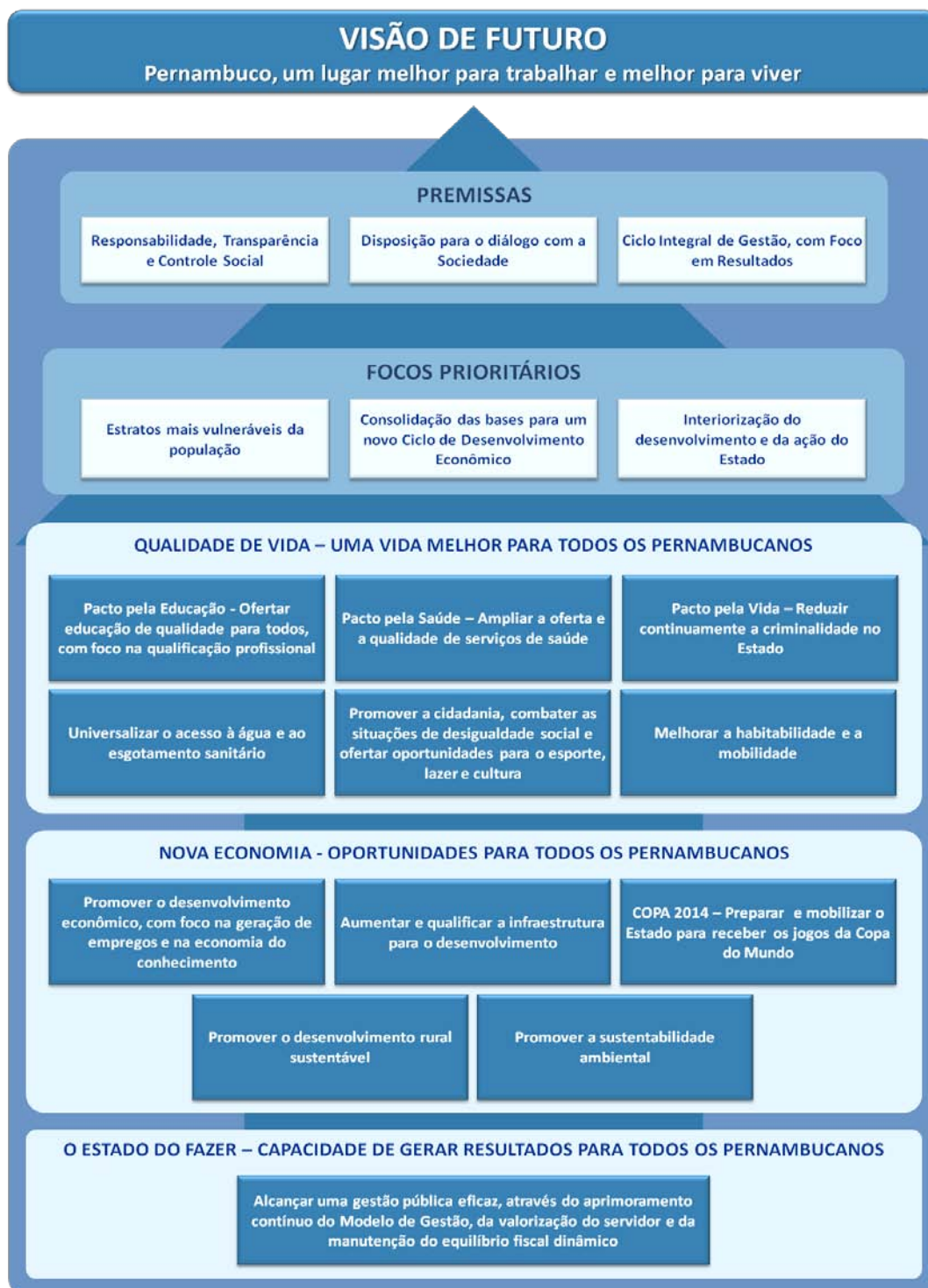
1. Estratos mais vulneráveis da população;
2. Consolidação das bases para um novo Ciclo de Desenvolvimento Econômico; e
3. Interiorização do desenvolvimento e da ação do Estado.

Como já mencionado anteriormente, a experiência exitosa na gestão multissetorial de áreas estratégicas, possibilitou uma avanço para o 2º Governo na elaboração do conceito novo de Agendas.

As Agendas são áreas prioritárias para a intervenção do Governo, nas quais são implementadas ações específicas, formuladas, coordenadas e especialmente planejadas com o intuito de alterar a realidade, a partir da presença física do Estado (através de um conjunto específico de equipamentos públicos) e da operacionalização de Projetos e Programas a serem implementados nesses equipamentos. Essas Agendas são parte integrante da estratégia do Governo, perpassando os Objetivos Estratégicos, sendo agrupamentos especiais de Metas Prioritárias, congregando diversos atores executantes das políticas públicas.

São quatro essas agendas, como a seguir:

1. Agenda Social;
2. Agenda da Inovação;
3. Agenda do Mundo Rural; e
4. Agenda da Sustentabilidade Ambiental.



Mapa da Estratégia do Estado de Pernambuco 2011-2014

2.2.5. Participação Democrática e Regionalizada

Para ratificar o novo Programa de Governo, uma nova consulta à sociedade pernambucana foi feita por meio da Segunda Rodada de Seminários Regionais, realizada em todas as 12 Regiões de Desenvolvimento do Estado, entre fevereiro e maio de 2011.

A metodologia utilizada nos recentes eventos teve como objetivo principal a discussão temática entre a população e os secretários das principais áreas estratégicas, como: Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Infraestrutura, Segurança, tendo sido todas as discussões gravadas e consolidadas em apresentações digitais.

Esses debates ocorreram na parte da manhã, tendo sido escolhidos três representantes entre os participantes de cada área temática e, junto com o representante do Governo, foram apresentadas as conclusões durante as plenárias, sempre no período da tarde, ao Governador e sua equipe.

Ainda sobre o registro da participação da população, vale salientar que em 2007 foram enviados 5000 Cadernos, com um retorno de 3500 desses com propostas e sugestões para as referidas regiões. Para a Segunda Rodada de Seminários Regionais, além da versão postada no site do Seminário Todos Por Pernambuco, foram distribuídos 10.000 cadernos de questionários impressos, que foram entregues de duas formas para a população: uma quando da articulação nas regiões para a convocação de participação, e outra nos dias dos eventos para os participantes no ato de suas inscrições. Os formulários impressos foram entregues ao final de cada evento, totalizando 4.302 questionários devolvidos, com as contribuições dos participantes.

Na comparação da participação da população em 2007 e em 2010, observou-se um crescimento total de 154%, sendo refletido em todas as regiões.

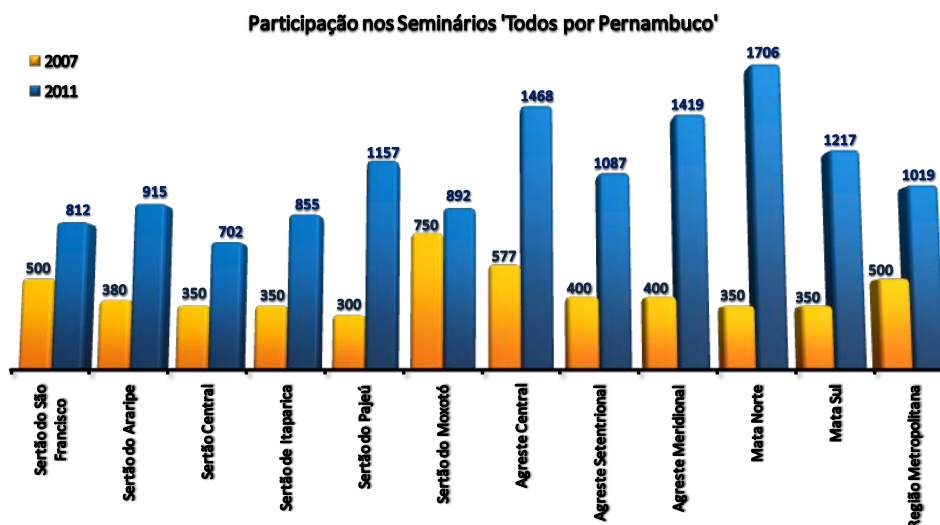


Gráfico da Evolução do número de participantes nos Seminários 'Todos por Pernambuco'

Fonte: SEPLAG – maio 2011

A Tabela seguinte demonstra também esse crescimento, em termos percentuais, por região.

Regiões de Desenvolvimento	2007	2011	%
Sertão do São Francisco	500	812	62%
Sertão do Araripe	380	915	141%
Sertão Central	350	702	101%
Sertão de Itaparica	350	855	144%
Sertão do Pajeú	300	1.157	286%
Sertão do Moxotó	750	892	19%
Agreste Central	577	1.468	154%
Agreste Setentrional	400	1.087	172%
Agreste Meridional	400	1.419	255%
Mata Norte	350	1.706	387%
Mata Sul	350	1.217	248%
Região Metropolitana	500	1.019	104%
Total	5.207	13.249	154%

Tabela Comparativa de número de participantes nos Seminários 'Todos por Pernambuco'

Fonte: SEPLAG – maio 2011

Pode-se ainda observar que na mesorregião do Sertão houve um crescimento de 103% na participação, com a indicação de 8.460 sugestões. Vale salientar que as Regiões de Desenvolvimento possuem áreas extensas e em algumas o local do Seminário ficava a distâncias razoáveis, em média, 130 km e mesmo assim a população esteve presente em números significativos.

Já na mesorregião do Agreste esse crescimento foi de 188% em relação a 2007, demonstrando também a efetiva participação da população junto à elaboração das propostas para o Governo.

Devido ao crescimento da participação da população nos Seminários, a metodologia utilizada para a Região Metropolitana foi diferenciada, os convites foram direcionados para as entidades representativas da sociedade civil organizada, ou seja, representantes dos poderes públicos locais, lideranças comunitárias, entre outras.

Vale ressaltar que em todos os seminários regionais, a participação dos novos Analistas de Planejamento, Orçamento e Gestão foi estimulada para todos os estágios da organização dos eventos até o recebimento das propostas surgidas da população.

Para receber as contribuições da população e torná-las evidentes no planejamento do Governo, foi necessária a adoção de critérios e metodologia específica no tratamento dessas informações. A nova equipe de Analistas de Planejamento, Orçamento e Gestão, foi treinada para executar todo o tratamento e consolidação das propostas e informações gerais produzidas a partir dos Seminários.

Foram desenvolvidos sistemas de cadastramento e análise de dados. Começando a partir daí a compilação, tratamento e análise das propostas seguindo as etapas descritas a seguir:

- a) Dentro de um banco de dados as propostas dos formulários impressos e propostas vindas da Internet foram cadastradas por tema, Regiões de Desenvolvimento, Município.
- b) As propostas sugeridas nos Seminários Regionais foram analisadas, convertidas, e algumas foram fundidas e denominadas Metas novas, atreladas em produtos e resultados.
- c) As chamadas novas metas foram analisadas e cruzadas com as metas já propostas e indicadas no Programa de Governo, com as Metas constantes do Mapa da Estratégia Atual, e com as Metas já cadastradas no E-Fisco. Com base na referida análise as sugestões propostas nos Seminários que tinham aderência com as já contidas nos planos e programas foram convertidas e fundidas com as metas existentes.
- d) As propostas que não apresentaram aderência passaram a integrar um conjunto de ações codificadas numericamente, que foram consolidadas em um banco de dados único, junto com as propostas que apresentaram aderência, bem como, as metas do Programa de Governo, Metas constantes do Mapa da Estratégia Atual, e as Metas já cadastradas no E-Fisco.

Após esse tratamento as contribuições foram apresentadas ao Governador e, a partir de análise e validação, essas foram colocadas aos secretários de Estado para análise e PACTUAÇÃO final, reforçando e complementando a Agenda Social.

Recentemente, o governo de Pernambuco ganhou duas das cinco categorias do Prêmio das Nações Unidas de Serviço Público (UNPSA) de 2012 – a de Participação Popular na Gestão de Governo, com os Seminários Todos por Pernambuco, e a categoria Promoção da Inclusão de Gênero nos Serviços Públicos, com o projeto Chapéu de Palha Mulher.

Os Seminários são um dos principais fundamentos do modelo de gestão pública desenvolvido pelo Estado. Foram eleitos pelo UNPSA como a melhor e mais inovadora sistemática de participação popular na gestão pública em 2012, com demandas de fato incorporadas na formulação de políticas públicas. E isso em nível global: concorreram com 471 práticas de gestão pública de outros 73 países.



Delegação Pernambucana no prêmio da UNPSA, em Julho de 2012.

2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA

Apesar dos avanços no modelo de gestão do Estado acima descritos e de sua confortável situação fiscal apresentada no item 2.1.3, Pernambuco ainda vive grandes desafios na busca de seu desenvolvimento econômico e social, que demandam a manutenção dos investimentos públicos previstos para os próximos anos.

Com esse foco, Pernambuco tem realizado um conjunto de esforços na busca pelo aumento da capacidade de investimento, que vão desde a estruturação de operações de crédito adequadas ao aumento do espaço fiscal para investimentos, até a adoção de políticas fiscais para o aumento de receita, controle de despesas e eficiência da gestão.

2.3.1. Sustentabilidade fiscal

A realização dos investimentos necessários à manutenção do desenvolvimento depende de grande volume de recursos, que apenas em parte são atendidos por receitas próprias do Estado, conforme demonstrado na situação fiscal apresentada no item 2.1.3.

Na busca de mais espaço para investimento, é essencial o monitoramento da evolução das metas fiscais obtidas pelo Estado, estabelecidas em conjunto com o Governo Federal no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal – PAF.

2.3.2. Gestão da Receita Pública

Apesar do aumento registrado na Receita Corrente Líquida nos últimos anos, ainda há espaço para a melhoria da gestão da receita do Estado, principalmente em relação às ações de indução ao cumprimento voluntário da obrigação tributária por parte dos contribuintes devedores.

Pernambuco vem enfrentando a queda na arrecadação de alguns segmentos econômicos, além da existência de potencial de arrecadação não realizado em outros segmentos, em parte ocasionadas pela dinâmica da própria economia, mas também em razão de uma ineficiência na estrutura arrecadatória do Estado, que requer constante evolução administrativa e regulatória.

Dentre as ineficiências identificadas no âmbito deste programa, são destaque:

- A necessidade de aprimoramento do ferramental tecnológico disponível para suporte à ação fiscal;
- A necessidade de racionalização dos processos internos do fisco, o que permitirá otimizar o uso do capital humano disponível nas atividades de fiscalização e combate à evasão fiscal.

Elementos restritivos das possibilidades de ação, por parte da SEFAZ-PE, são o fato de que as políticas a serem implementadas não deverão ocasionar aumento na carga

tributária aos contribuintes, e nem prever ou condicionar-se a aumento do quadro funcional disponível, seja nas ações fiscalizatórias ou administrativas.

Nesse contexto, o desafio passa a ser a modernização e automação de processos, essenciais tanto para o mapeamento dos setores econômicos mais vulneráveis à sonegação - que demandam ações fiscais específicas - como para a otimização dos recursos humanos e materiais utilizados na ação fiscal – aumentando sua eficiência e eficácia.

2.3.3. Gestão Financeira e Controle dos Gastos Públicos

Outro desafio para o aumento da capacidade de investimentos é o controle da despesa pública, em especial as despesas correntes.

Nos últimos anos, as despesas correntes do Estado têm acompanhado o crescimento das receitas correntes, como apresentado no gráfico abaixo.

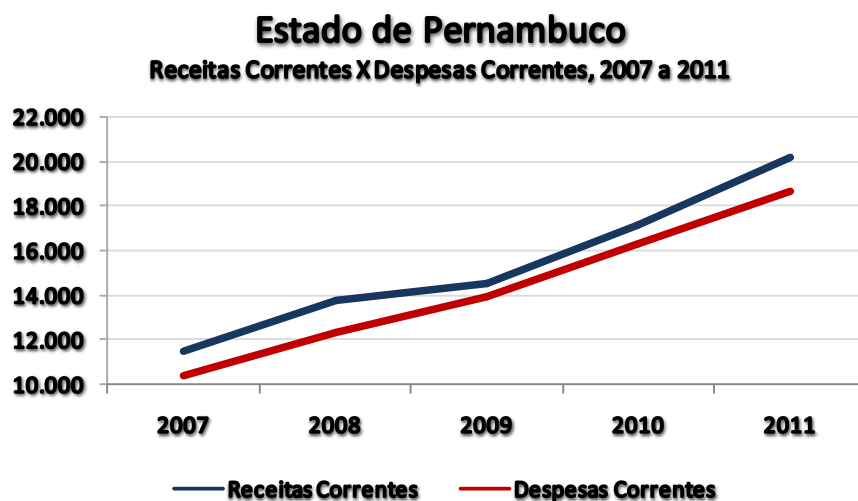


Gráfico Receitas Correntes X Despesas Correntes – 2007 a 2011

Fonte: Balanço Geral do Estado 2011

Este comportamento tem dois fatores principais: o aumento das transferências constitucionais aos municípios, e o aumento das despesas de custeio (grupo Outras Despesas Correntes - ODC).

O aumento das ODC é, em parte, explicado pelo aumento dos investimentos realizados na saúde e educação no período, que impactaram significativamente nos custos operacionais da rede de serviços disponibilizada para a população. São destaque, na Saúde, os três novos hospitais metropolitanos inaugurados no período, além da rede de Unidades de Pronto Atendimento presentes em diversos municípios. Na Educação, podemos citar a implantação de rede de escolas de referência com horário escolar expandido (jornadas integral e semi-integral), além da rede de Escolas Técnicas Estaduais.

Esse aumento é compensado, em parte, pelo desempenho das despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que têm mantido seu crescimento abaixo da média das Despesas Correntes durante todo o período de 2007 a 2011.

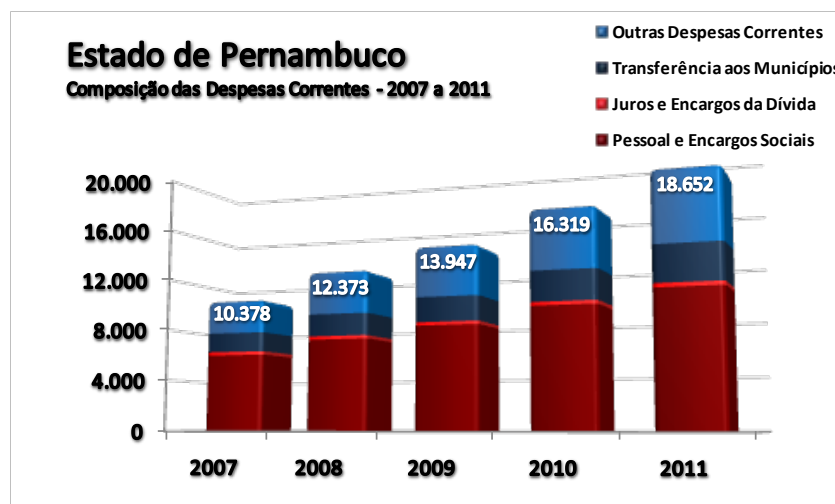


Gráfico Detalhamento das Despesas Correntes do Estado – 2007 a 2011

Fonte: Balanço Geral do Estado 2011

Assim, dois desafios se apresentam: a manutenção do controle sobre as despesas de pessoal e o aumento da eficiência das ODC.

Com o foco na eficiência das ODC, necessitam de aprimoramento contínuo as políticas de racionalização dos processos de compras de bens e serviços, permitindo a obtenção de melhores preços, assim como de análise e avaliação das demandas de custeio das secretarias, com suporte de metodologias de análise de risco e gestão matricial da despesa, além de atividades de monitoramento e orientação dos gestores e análise gerencial das prestações de contas.

Outro aspecto a ser considerado, é o fato de o Estado de Pernambuco possuir 30 (trinta) secretarias, que atuam nos mais diversos focos sociais e econômicos, com rotinas e culturas organizacionais específicas. Neste cenário, centralizar as ações de controle é um desafio, que vem sendo enfrentado pela Secretaria da Controladoria Geral do Estado. Especificamente em relação ao controle do custeio desses órgãos, são necessárias ações com foco no seu planejamento (pactuação de metas de racionalização), na sua execução (rotinas integradas de análise do orçamento e programação financeira), na sua avaliação (prestação de contas gerencial), e no seu monitoramento (análise de riscos e apuração de indícios de irregularidades).

Já em relação ao controle dos gastos com pessoal, ainda são necessários esforços contínuos de monitoramento e avaliação centralizada da folha, incluindo análises de consistência, permitindo melhor identificação de eventuais incorreções e irregularidades.

Desafios complementares às ações diretas de controle dos gastos são a convergência contábil em andamento, através da adequação da contabilidade estadual às Normas

Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), além do estímulo à existência do controle social nas ações do governo.

Em relação à convergência contábil, o Estado de Pernambuco já constituiu seu Grupo Técnico de Contabilidade (GTCON), que tem como objetivo estudar e implementar as ações necessárias à adequação a contabilidade do Estado de Pernambuco às normas internacionais. Essas adequações produzirão modificações no Plano de Contas e nas práticas contábeis, possibilitando mais clareza quanto ao aspecto patrimonial. Dentre os desafios ainda a serem superados nesse tema, é destaque a inexistência, no Estado, sistema ou sistemática que resolva as exigências de controle patrimonial necessárias a esta adequação.

Outro desafio a ser superado é a expansão do acervo de informações disponibilizado ao povo pernambucano, a fim de cumprir os ditames da Lei de Acesso à Informação (Lei Federal 12.527, de 18 de novembro de 2011). Este processo, coordenado pela Secretaria da Controladoria Geral do Estado, envolve todos os Órgãos da Administração, e em especial requer integração com a Rede de Ouvidoria do Estado, permitindo a plena existência do controle social nas ações do governo.

2.3.4. Gestão dos Investimentos Públicos

Como apresentado no item 2.2 acima, a introdução do modelo de gestão em 2007, contribuiu sobremaneira para dinamizar a taxa de investimento do Estado, conquanto um processo que permitiu ao governo alinhar as escolhas políticas apresentadas no seu programa de governo, com as demandas populares objeto de oitivas à população nos seminários regionais “Todos por Pernambuco”. A priorização resultante possibilitou ao Governo instituir um desenho estratégico para orientar as suas ações, que, combinado com a instalação de sistemática intensiva de monitoramento dos empreendimentos prioritários, redundou num crescimento expressivo da sua taxa de investimento. Contudo, é forçoso reconhecer a necessidade de promover novos avanços na gestão dos investimentos públicos para além do simples crescimento em volume.

Uma das fragilidades percebidas de início foi a subutilização dos instrumentos de planejamento público, do qual o orçamento é peça principal. A inexistência de instrumentos que permitissem uma execução orçamentária correspondente ao planejamento estratégico das ações de governo; o uso dos instrumentos formais existentes apenas como forma escritural de execução orçamentária eram impeditivos a efficientização dos investimentos.

Até 2011 a gestão dos projetos prioritários era realizada de forma dissociada do orçamento estadual. A simples apuração dos gastos realizados em um projeto era uma tarefa manual sem correlação com a execução orçamentária. A partir de 2009 o Governo foi introduzindo uma série de reformas na sua estrutura orçamentária e contábil de modo a superar essa dificuldade, introduzindo na classificação programática do orçamento o conceito de metas prioritárias, a partir do exercício de

2011, os projetos prioritários foram gerenciados desde a elaboração da lei orçamentária até o empenhamento e liquidação da despesa.

Vencida essa fase inicial e básica, contudo, subsistiram os problemas de previsão e controle dos custos dos projetos. Também estão ausentes na gestão dos investimentos os instrumentos de projeção de cenários fiscais de médio prazo, que garantam a sustentabilidade fiscal dos projetos.

Para além da questão orçamentária e financeira, também estão pendentes de solução os diversos gargalos de implantação dos projetos, decorrentes da falta de articulação entre os setores responsáveis por sua implementação e os demais órgãos de controle do Poder Executivo.

Dentre os principais gargalos identificados no processo de monitoramento da execução física das metas prioritárias, encontram-se o processo de desapropriação de imóveis que precisam ser retirados para a implantação da obra, o processo de obtenção de licenciamento ambiental da obra, e o trâmite de documentos entre o órgão executor e a Procuradoria Geral do Estado.

Verificou-se que a desapropriação de imóveis é um dos principais fatores que têm o potencial de atrasar a implementação de projetos prioritários. Atraso esse que por vezes, pode chegar até a inviabilizar a obra. Por este motivo, é considerada necessária a criação de uma nova estrutura para cuidar do processo desde o seu início até a conclusão, cuidando de levantamento, avaliação, negociação, pagamento e, quando for o caso, do processo judicial.

Em relação ao licenciamento ambiental, raciocínio equivalente se aplica, uma vez que o mesmo também representa importante gargalo na implantação dos projetos prioritários do governo. Neste sentido, também já foi identificada a necessidade de criação de estrutura operacional específica para acompanhar os processos das obras prioritárias junto ao órgão ambiental.

No tocante à relação entre a Procuradoria Geral do Estado e as secretarias ou órgãos executores, ficou evidente, durante as reuniões de monitoramento, que seria interessante uma abordagem específica, direcionada exclusivamente a essa relação. Dada a quantidade e de exigências e normas ditadas pelo nosso ordenamento jurídico, observou-se que, em vários casos, o projeto como um todo ficava parado aguardando a conclusão de um verdadeiro vai-e-vem entre a PGE e o setor jurídico do órgão.

2.4. JUSTIFICATIVA PARA SOLICITAÇÃO DE FINANCIAMENTO EXTERNO

No atual novo ciclo virtuoso da economia no Estado de Pernambuco, a demanda por ações governamentais tem sido crescente e não poderá ser suprida apenas pelos recursos provenientes das receitas tributárias, de arrecadação própria ou de transferências. Para manter o ritmo de crescimento, o Governo de Pernambuco tem buscado ampliar a capacidade de investir do Estado, garantindo ou antecipando resultados à sociedade e à economia, por meio da melhoria da qualidade da

captação de recursos junto a parceiros do sistema financeiro, dentro de condições de custo e benefício vantajosas para as finanças estaduais. No caso da presente operação, as condições financeiras apresentam-se favoráveis, num cenário de taxa de juros interna mais elevada que as praticadas no mercado externo.

Neste contexto, o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco (PROCONFIS/PE), justifica-se na medida em que possibilita ao estado - além da obtenção de maior espaço fiscal para realização das suas metas prioritárias de investimento - a instituição de políticas públicas com foco na sustentabilidade fiscal (aumento da receita, controle de despesas e eficiência da gestão de investimentos).

As políticas de aumento da receita previstas serão realizadas pela Secretaria da Fazenda do Estado (SEFAZ) instituirão novo marco regulatório e operacional no âmbito da estrutura de arrecadação do Estado, possibilitando:

- a adoção de novos procedimentos fiscalizatórios baseados no uso de tecnologias da informação e comunicação, aumentando sua eficiência e otimizando o uso dos recursos humanos disponíveis;
- a racionalização da estrutura operacional de controle e fiscalização, com a criação de equipes especializadas por setores produtivos contribuintes, marco cuja importância está diretamente vinculada ao aumento da complexidade da matriz de contribuintes do Estado, ocasionado pelo ingresso de novos setores econômicos e pelo grande crescimento de setores estratégicos já existentes.

As políticas com foco no controle de despesas previstas serão realizadas pelas secretarias da Controladoria Geral do Estado e de Administração. Tais políticas possibilitarão:

- a reestruturação administrativa da Secretaria da Controladoria Geral do Estado – SCGE, permitindo a racionalização de procedimentos de controle e avaliação dos gastos das Unidades Gestoras;
- a instituição de novas metodologias e rotinas de levantamento, análise e monitoramento de informações, com foco específico na racionalização da despesa;
- a melhoria da coordenação das ações de transparência e controle social do Estado;
- a modernização da gestão do patrimônio do Estado, assim como o aprimoramento contínuo do controle de sua folha de pagamentos.

As políticas de gestão de investimentos e desenvolvimento econômico, por sua vez, serão executadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado – SEPLAG, pela Procuradoria Geral do Estado e pela Agência Estadual de Meio Ambiente. Tais políticas permitirão:

- a melhoria da gestão das ações de investimentos do Estado, através da estruturação dos instrumentos formais de planejamento em torno das metas

prioritárias de investimento da estratégia do Governo, e do acompanhamento da planejamento e execução dessas metas através de marcos fiscais de médio prazo;

- o aumento da eficácia do processo de monitoramento das metas prioritárias de investimento, com a criação de estruturas especializadas na resolução de entraves legais à sua execução: licenciamento ambiental e regularidade fundiária;
- melhor interação entre os departamentos jurídicos dos órgãos do Estado e a Procuradoria Geral do Estado, a fim de melhor resolver os aspectos jurídicos relacionados à implantação dos projetos prioritários.

Por fim, a recente Revisão do Programa de Ajuste Fiscal, mantido com a Secretaria do Tesouro Nacional - STN assegurou ao Estado novo espaço fiscal para contratação de operações de crédito interno e externo, voltadas para os projetos prioritários do Governo, dentre eles o presente Programa.

2.5. JUSTIFICATIVA PARA ESCOLHA DA FONTE EXTERNA

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID é um dos grandes parceiros do Estado de Pernambuco no sistema financeiro multilateral, estando atualmente capaz de fornecer uma ampla gama de serviços de assessoria e apoio financeiro relacionado com a implantação de políticas públicas que vêm demonstrando resultados diferenciados junto à população.

Experiências anteriores bem sucedidas entre o Estado de Pernambuco e o BID, dentre as quais se destaca: Programa Rodoviário do Estado de Pernambuco, Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata – PROMATA, Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de PE PRODETUR NACIONAL, Projeto de apoio a modernização e a transparência da Gestão Fiscal do Estado PE PROFISCO, e o Programa Arranjos Produtivos Locais - APL.

Além dessa experiência, temos ainda que o BID tem disponibilizado especialistas para apoiar o Governo do Estado na realização e consolidação dos programas apoiados pelo Banco, contribuindo para o sucesso dos mesmos, justificando plenamente sua escolha como fonte de financiamento deste Programa.

3. PROPOSTA PARA O PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO (PROCONFIS/PE)

3.1. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

O Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento Econômico e Social do Estado de Pernambuco – PROCONFIS/PE foi construído tendo como premissa a criação de espaço fiscal para realização de investimentos e execução de políticas públicas com foco no desenvolvimento social e econômico do Estado.

Desta forma, são componentes do Programa políticas que colaborem, seja de forma direta ou indireta, na estabilidade macroeconômica estadual, no aumento nas receitas de arrecadação do Estado, na racionalização dos gastos públicos, e na gestão de investimentos públicos.

3.2. OBJETIVO GERAL

O objetivo geral do Programa proposto é apoiar as políticas públicas, em andamento no Estado, que têm como foco a abertura de espaço fiscal no Estado, possibilitando a realização de ações de investimento orientadas para o desenvolvimento social equilibrado e a melhoria das condições de vida do povo pernambucano. Tal objetivo tem como base a adoção do Modelo de Gestão Todos por Pernambuco.

A modalidade de Financiamento Baseado em Políticas Públicas (PBL – *Policy Based Loan*) é a mais indicada para apoiar esse conjunto de medidas de consolidação das iniciativas do Governo na manutenção de sua estabilidade macroeconômica, melhoria das suas receitas de arrecadação, na racionalização de seus gastos públicos, e na gestão dos investimentos públicos.

3.3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos estão baseados nas perspectivas ampliadas contidas na Estratégia adotada pelo Governo de Pernambuco: Qualidade de Vida – Uma Vida Melhor para os pernambucanos; Nova Economia - Oportunidades para os pernambucanos; e, O Estado do Fazer – Capacidade de Gerar Resultados para os pernambucanos.

Desta forma, os objetivos específicos do Programa estão agregados nos Componentes a seguir:

1. Componente I (Gestão Macroeconômica e Sustentabilidade Fiscal): manutenção de um marco fiscal estável para alcançar um crescimento econômico sustentável;
2. Componente II (Gestão da Receita Pública): aprimoramento da gestão da estrutura de arrecadação, fiscalização e controle da receita estadual, assim como incremento a receita;

3. Componente III (Gestão Financeira e Controle dos Gastos Públicos): racionalização dos gastos públicos;
4. Componente IV (Gestão de Investimentos Públicos): aprimoramento da gestão e planejamento públicos com foco nos investimentos.

3.4. IMPLANTAÇÃO DA PROPOSTA

Os objetivos do programa serão alcançados mediante implantação do conjunto de medidas, previstas em cada um dos componentes, a serem implementadas pelo Estado como condicionantes da liberação de recursos das duas *tranches*. Essas medidas estão descritas na **MATRIZ DE POLÍTICAS** a seguir:

AÇÕES PRÉVIAS AO DESEMBOLSO DA PRIMEIRA TRANCHE	AÇÕES PRÉVIAS AO DESEMBOLSO DA SEGUNDA TRANCHE
COMPONENTE I – ESTABILIDADE MACROECONÔMICA E SUSTENTABILIDADE FISCAL	
<p>(1) Manutenção de uma conjuntura macroeconômica favorável do Estado para o alcance dos objetivos do Programa.</p> <p><i>Meio de Verificação:</i> IMA (Independent Macroeconomic Assessment) elaborada pelo Banco.</p>	<p>(1) Manutenção de uma conjuntura macroeconômica favorável do Estado para o alcance dos objetivos do Programa.</p> <p><i>Meio de Verificação:</i> IMA (Independent Macroeconomic Assessment) elaborada pelo Banco.</p>
<p>(2) Cumprimento das metas fiscais: (1) relação dívida/receita líquida real, e (2) resultado primário, acordadas com o Governo Federal no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) dos últimos 12 meses.</p> <p><i>Meio de verificação:</i> Último Relatório Especial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), complementado por relatório de gestão da SEFAZ/PE para os meses não contemplados no relatório da STN.</p>	<p>(2) Cumprimento das metas fiscais: (1) relação dívida/receita líquida real, e (2) resultado primário, acordadas com o Governo Federal no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal (PAF) nos últimos 12 meses.</p> <p><i>Meio de verificação:</i> Último Relatório Especial da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), complementado por relatório de gestão da SEFAZ/PE para os meses não contemplados no relatório da STN.</p>
COMPONENTE II – GESTÃO DA RECEITA PÚBLICA	
<p>(1) Reestruturação da estrutura administrativa da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, a fim de racionalizar a ação fiscal, através da criação de diretorias focadas em setores econômicos mais relevantes para a arrecadação.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no Diário Oficial do Estado (DOE), regulamentando as mudanças na estrutura organizacional.</p>	
<p>(2) Implementação da Fiscalização por Exclusão, definindo o foco da fiscalização e racionalização dos recursos humanos alocados nos postos fiscais, evitando que cargas e caminhões previamente cadastrados e eletronicamente controlados parem no Posto.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Fazenda publicada no DOE, institucionalizando a nova forma de fiscalização, e sua implantação piloto no Posto Fiscal localizado no Porto de SUAPE.</p>	<p>(2) Ampliação das ações de Fiscalização por Exclusão, englobando outros postos fiscais do Estado, com base nas experiências obtidas com a operação piloto.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Informe da consultoria verificando a implantação do modelo em mais dois postos fiscais.</p>

<p>(3) Aprimoramento da fiscalização da produção e comercialização de álcool combustível, através da regulamentação e instalação de medidores de vazão nas usinas produtoras.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, regulamentando a instalação dos medidores de vazão nas usinas produtoras.</p>	<p>(3) Implantação da fiscalização por medição de vazão nas usinas produtoras de álcool do Estado de Pernambuco.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Informe da Consultoria verificando a implantação do modelo em pelo menos três usinas.</p>
<p>(4) Fortalecimento da Política de Certificação dos vasilhames de água mineral, através de mudanças nos procedimentos de certificação e controle fiscal, que permitirão a existência de mais certificadoras credenciadas.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Fazenda publicada no DOE, regulamentando as mudanças nos procedimentos de certificação dos vasilhames.</p>	<p>(4) Regulamentação da ampliação da certificação para outros tipos de envasamento.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Informe da consultoria apresentando a comprovação da certificação e selagem de outras formas de envasamento para vasilhames abaixo de 20 litros.</p>
<p>(5) Regulamentação de novo regime especial de fiscalização para devedores contumazes.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo estadual encaminhado a Assembleia Legislativa do Estado, instituindo o Regime Especial de fiscalização para devedores contumazes.</p>	
<p>(6) Regulamentação dos procedimentos relativos à tramitação da Comunicação Fiscal ao Ministério Público – COFIMP Eletrônica, desde sua emissão até o acompanhamento de sua tramitação no Ministério Público.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Fazenda publicada no DOE, instituindo os procedimentos de emissão e tramitação eletrônica da COFIMP.</p>	<p>(6) Implementação e acompanhamento das novas rotinas implementadas, comprovando sua efetiva implantação.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Relatório da Consultoria verificando a instalação da COFIMP eletrônica.</p>
<p>(7) Regulamentação de novo sistema de faixas de risco, a fim de tornar mais efetivas as sanções impostas aos contribuintes de maior risco.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Fazenda publicada no DOE, instituindo medidas para os contribuintes que não atingem o nível de recolhimento do seu setor econômico.</p>	<p>(7) Implementação de novas rotinas e sanções no âmbito da ação fiscal.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Relatório da Consultoria verificando a nova classificação de risco dos contribuintes (suspensão, bloqueado, nulo).</p>
<p>COMPONENTE III – GESTÃO FINANCEIRA E CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS</p>	
<p>(1) Reestruturação organizacional da SCGE, para criação de unidade de auditoria e prestação de contas.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, criando a nova unidade e estabelecendo suas atribuições.</p>	<p>(1) Instituição da metodologia de análise da prestação de contas do Estado.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Controladoria Geral do Estado publicada no DOE, aprovando o Manual da Metodologia.</p>
<p>(2) Reestruturação organizacional da SCGE, para criação de coordenação das ações de controle das despesas de custeio do Estado.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, criando a nova Coordenação e estabelecendo suas atribuições.</p>	<p>(2) Instituição da metodologia de controle das alterações das despesas de custeio (aumento, redução, remanejamento).</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto de programação financeira emitido pelo Poder Executivo estadual publicado no DOE, detalhando o procedimento de análise pela SCGE.</p>
<p>(3) Instituição, nas unidades da SCGE, de Metodologia de Monitoramento e Análise de Riscos e Apuração de Indícios de irregularidades na Gestão Pública Estadual.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Controladoria Geral do Estado publicada no DOE, aprovando o Manual da Metodologia.</p>	<p>(3) Implantação da Metodologia de Monitoramento e Análise de Riscos e Apuração de Indícios de irregularidades, em uma unidade da SCGE.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Relatório de Indícios de Irregularidades emitido pela Gerência de Auditoria, Prestação e Tomada de Contas, aplicado à área de Auditoria da SCGE.</p>

<p>(4) Regulamentação do plano anual de atuação integrada nas Unidades Gestoras do Governo do Estado.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Controladoria Geral do Estado publicada no DOE, instituindo o plano anual de atuação integrada.</p>	<p>(4) Implantação do Plano Anual de Atuação Integrada nas Unidades Gestoras do Governo do Estado.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Relatório das Ações Sistemáticas emitido pela SCGE em relação a 04 Unidades Gestoras.</p>
<p>(5) Instituição da metodologia de gerenciamento dos gastos públicos.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, instituindo a metodologia de gerenciamento dos gastos públicos.</p>	<p>(5) Operacionalização da Metodologia de Gerenciamento dos Gastos Públicos</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Relatório de Gestão dos Gastos emitido pela SCGE em relação a 04 Unidades Gestoras.</p>
<p>(6) Instituição da Metodologia de Apoio e Orientação Permanente aos Gestores do Governo do Estado na execução da despesa pública.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Controladoria Geral do Estado publicada no DOE, instituindo a metodologia de apoio e orientação aos gestores do Governo.</p>	<p>(6) Operacionalização da Metodologia de Apoio e Orientação Permanente aos Gestores do Governo do Estado na execução da despesa pública.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Banco de Perguntas e Respostas (FAQ – Frequently asked questions) publicado pela SCGE no Portal da SCGE na Internet.</p>
<p>(7) Reestruturação organizacional da SCGE, para incorporação da rede de ouvidorias do governo do estado à SCGE como instrumento de gestão e controle social.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, incorporando a Ouvidoria do Governo do Estado à SCGE.</p>	
<p>(8) Definição de normas e critérios específicos do Estado para regulamentação da Lei de Acesso à Informação.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário da Controladoria Geral do Estado publicada no DOE, regulamentando as ações de transparência do Estado.</p>	
<p>(9) Instituição do novo modelo de gestão do patrimônio da Administração Pública Estadual - APE</p> <p><i>Meios de verificação:</i> Projeto de Lei do Poder Executivo estadual instituindo normas gerais de patrimônio da APE encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado.</p>	<p>(9) Regulamentação do novo modelo de gestão do patrimônio da APE</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, instituindo o subsistema de patrimônio (setores de patrimônio).</p>
<p>(10) Regulamentação do novo modelo de gerenciamento das compras públicas na modalidade registro de preços</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, alterando as regras sobre o sistema.</p>	
<p>(11) Instituição da obrigatoriedade de utilização do sistema (solução) integrado de gestão de compras, licitações e patrimônio da APE.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, instituindo a obrigatoriedade de utilização do sistema integrado de compras públicas.</p>	
<p>(12) Instituição da sistemática de acompanhamento permanente da Folha de Pagamento do Estado para identificação do pagamento de verbas indevidas, bem como de situações irregulares de acumulação de Cargos, Empregos e Funções.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário de Administração publicada no DOE, criando rotinas padrão de elaboração da folha de pagamento e testes mensais de consistência.</p>	

COMPONENTE IV – GESTÃO DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS	
<p>(1) Criação de fonte orçamentária de recursos exclusiva para o presente programa, alocada em ações de investimento previstas no Plano Plurianual - PPA.</p> <p><i>Meios de verificação:</i> Projeto de Lei Orçamentária Anual emitido pelo Poder Executivo estadual encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado prevendo fonte específica para o presente Programa.</p>	<p>(1) Criação de fonte orçamentária de recursos exclusiva para o presente programa, alocada em ações de investimento previstas no Plano Plurianual - PPA.</p> <p><i>Meios de verificação:</i> Projeto de Lei Orçamentária Anual emitido pelo Poder Executivo estadual encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado prevendo fonte específica para o presente Programa.</p>
<p>(2) Aprimoramento das ações de eficiência da alocação e execução do orçamento, através da formulação e execução do PPA e do orçamento, ambos estruturados por prioridades estratégicas, com base nas informações de custo dos projetos prioritários.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário de Planejamento e Gestão do Estado publicada no DOE, instituindo o controle dos custos dos projetos prioritários contidos no PPA e no orçamento.</p>	
<p>(3) Instituição de sistemática de construção de cenários e marcos fiscais de médio prazo.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Portaria do Secretário de Planejamento e Gestão do Estado publicada no DOE, instituindo a sistemática de construção de cenários e marcos fiscais de médio prazo.</p>	<p>(3) Definição de política permanente de captação de recursos.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, instituindo política de captação de recursos.</p>
<p>(4) Criação de área organizacional especializada em desapropriações dos projetos de investimentos prioritários do Estado na Procuradoria Geral do Estado - PGE.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, criando área especializada em desapropriações na PGE.</p>	<p>(4) Operacionalização de área organizacional especializada em desapropriações dos projetos de investimentos prioritários do Estado na Procuradoria Geral do Estado - PGE.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Relatório da consultoria comprovando a operacionalização da área especializada em desapropriações.</p>
<p>(5) Criação de área organizacional especializada em regularização ambiental dos projetos de investimentos prioritários do Estado na Agência Estadual de Meio Ambiente.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, instituindo área especializada na regularização ambiental dos investimentos prioritários do Estado.</p>	<p>(5) Operacionalização de área organizacional especializada em regularização ambiental dos projetos de investimentos prioritários do Estado na Agência Estadual de Meio Ambiente.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Relatório da consultoria comprovando a operacionalização da área especializada na regularização ambiental dos investimentos prioritários do Estado.</p>
<p>(6) Criação de câmara especial de monitoramento dos projetos prioritários sob análise da PGE.</p> <p><i>Meios de Verificação:</i> Decreto do Poder Executivo estadual publicado no DOE, instituindo a câmara especial de projetos prioritários sob análise da PGE.</p>	

3.5. LOCALIZAÇÃO

Considerando-se sua natureza, empréstimo de ajuste e políticas de desenvolvimento, a proposta terá lugar e impacto sobre todo o território do Estado de Pernambuco.

3.6. BENEFICIÁRIOS

A proposta não contempla nenhum grupo social em particular. De fato, os efeitos das ações que a compõem deverão repercutir no conjunto da sociedade pernambucana,

elevando a capacidade do Estado de Pernambuco de prover os investimentos públicos necessários ao desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis.

3.7. MEDIDAS PRÉVIAS À REALIZAÇÃO DO PROGRAMA

Devido à própria natureza do programa proposto, este não prescinde de ações de desapropriação, reassentamento ou contratação de pessoal.

4. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À PROPOSTA

4.1. ARRANJO INSTITUCIONAL

Para execução deste programa, o arranjo institucional, a seguir apresentado:

Coordenação:

Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG

Secretarias responsáveis pelos componentes:

Componente I: Gestão Macroeconômica e Sustentabilidade Fiscal

Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG

Componente II: Gestão da Receita Pública

Secretaria da Fazenda - SEFAZ

Componente III: Gestão Financeira e Controle dos Gastos Públicos

Secretaria da Controladoria Geral do Estado - SCGE

Secretaria de Administração - SAD

Componente IV: Gestão de Investimentos Públicos

Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG

Procuradoria Geral do Estado – PGE

Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH

4.2. REPASSE DE RECURSOS

Não está previsto repasse de recursos a outros órgãos ou esferas de Governo.

4.3. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, COMUNIDADES E/OU SETOR PRIVADO

Devido às características da modalidade de financiamento *PBL – Policy Based Loan*, traduzida como Financiamento de Políticas Públicas, não há a exigência de comprovação da participação da sociedade civil, comunidades e/ou setor privado. Porém, o Modelo de Gestão Todos por Pernambuco - Gestão Democrática e Regionalizada, com foco em resultados desenvolvido e adotado pelo Governo, descrito anteriormente, foi construído e ampliado tendo com fonte principal a colaboração e participação da população das 12 regiões de desenvolvimento, além das instâncias de diálogo como o CEDES – Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social, e os conselhos regionais e municipais instalados no Estado.

4.4. GASTOS COM CONSULTORIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ESTUDOS

Não se aplica.

4.5. OPERACIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO

O Desenho proposto para a operacionalização do programa prevê a participação de seis Secretarias do Governo do Estado de Pernambuco (SEPLAG, SEFAZ, SCGE, SAD, PGE e CPRH), coordenada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

O acompanhamento do programa será realizado com base nos *Meios de Verificação* estabelecidos na **MATRIZ DE POLÍTICAS**. Missões de supervisão do BID farão o acompanhamento das metas pactuadas junto aos executores, sob a coordenação da SEPLAG.

4.6. ÔNUS E BENEFÍCIOS DECORRENTES DO PROGRAMA

O único ônus vislumbrado se refere ao risco cambial da operação, que poderá ser mitigado mediante ações cautelares e um acompanhamento próximo da evolução da dívida. Observa-se que o risco apontado é apenas de não alcançar os ganhos financeiros estimados para a operação.

Os principais benefícios previstos residem na contribuição para uma melhor coordenação entre as Secretarias de Estado participantes do Programa, assim como o suporte ao equilíbrio fiscal sustentável do Estado, o fortalecimento da sua capacidade de planejamento, e o aumento de seu espaço fiscal para investimentos.

4.7. IMPACTO AMBIENTAL

Não se prevê nenhum impacto ambiental decorrente das ações dessa operação.

4.8. RISCOS DO PROGRAMA

Os riscos quanto à execução do Programa estão no âmbito da governabilidade do Governo de Pernambuco, o que minimiza possíveis externalidades que poderiam gerar impactos negativos sobre a execução do Programa. As atividades previstas encontram-se harmonizadas com o Programa prioritário de Governo e em consonância com o Modelo de Gestão - Todos por Pernambuco Gestão Democrática e Regionalizada, com foco em resultados.

Além da aprovação da solicitação do Acordo de Empréstimo e da regulamentação dos limites de endividamento no âmbito de Pernambuco, não se prevê outro ato legislativo fora da governança do Poder Executivo Estadual.

5. INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO E EXECUTOR

5.1. INFORMAÇÕES SOBRE O MUTUÁRIO

5.1.1. Identificação do Mutuário

Governo do Estado de Pernambuco.

5.1.2. Experiências do Mutuário e do Executor com organismos multilaterais e agências governamentais estrangeiras

O quadro geral abaixo apresenta os financiamentos tomados pelo Governo do Estado e executado por diversas secretarias. A SEPLAG, secretaria executora do atual programa, já possui experiência no desenvolvimento de atividades com financiamento de organismos multilaterais internacionais, também demonstradas no quadro a seguir.

DADOS BÁSICOS DA OPERAÇÃO	CONTRATO	VALOR (x1.000)		% DESEMB.	PRAZOS EXECUÇÃO	
		Empréstimo	Desembolsado		ORIGINAL	EFETIVO
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: DER Agência: BID Título: Programa Rodoviário do Estado de Pernambuco	Tranche A: 642-OC/BR Tranche B: 866-SF/BR CR nº 621/00008	US\$ 83.500,00 US\$ 25.000,00	US\$ 83.500,00 US\$ 25.000,00	100,00%	4 anos	5 anos
Convênio: Cooperação Técnica Brasil/Reino Unido Executor: CPRH Agência: DPID Título: Projeto de Gerenciamento e Manejamento da Bacia do Pirapama		£ 1.350,00	£ 1.350,00	100,00%	3 anos	4 anos
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEPLAN Agência: BID Título: Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata - PROMATA	1357/OC - BR	US\$ 90.000,00	US\$ 89.999,95	99,99%	5 anos	2010
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEPLAN Agência: BIRD Título: Programa de Infraestrutura em Áreas de Baixa Renda da Reg. Metrop. Recife PROMETRÓPOLE	4690-BR	US\$ 46.000,00	US\$ 46.000,00	100,00%	5 anos	2010
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEPLAN Agência: BIRD Título: Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR I	4122-BR	US\$ 39.000,00	US\$ 36.011,88 US\$ 2.988,11 Cancelado	100,00%	04 anos	5 anos
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEPLAN Agência: BIRD Título: Programa de Combate à Pobreza Rural – PCPR II	4625-BR	US\$ 30.100,00	US\$ 29.470,42 US\$ 629,57 Cancelado	100,00%	04 anos	2009

DADOS BÁSICOS DA OPERAÇÃO	CONTRATO	VALOR (x1.000)		% DESEMB.	PRAZOS EXECUÇÃO	
		Empréstimo	Desembolsado		ORIGINAL	EFETIVO
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEDUC Agência: BIRD Título: EDUQ	4754-BR	US\$ 31.500,00	US\$ 31.498,00 US\$ 2,00 Cancelado	100,00%	04 anos	2010
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEINFRA/COMPESA Agência: KFW Título: Melhoramento do Saneamento Básico de Pernambuco - KFW/COMPESA	8966376	€ 6.646,79	€ 6.646,79	100,00%	10 anos	12 anos
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEPLAN Agência: BIRD Título: Programa de Combate à Pobreza Rural - PRORURAL II - 2ª FASE	4625-1/BR	US\$ 30.000,00	US\$ 27.401,48 US\$ 2.598,51 Cancelado	100,00%	3 anos	2010
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEE Agência: BIRD Título: Swap Educação	IBRD-77111/BR	US\$ 154.000,00	US\$ 86.624,30	56,25%	4 anos (2009-2013)	Previsto: 4 anos (2009-2013)
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SRHE Agência: BIRD Título: Projeto de Sustentabilidade Hídrica do Estado de Pernambuco - PSHP	IBRD-77780/BR	US\$ 190.000,00	US\$ 5.620,13	2,96%	5 anos (2010-2015)	Previsto: 5 anos (2010-2015)
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SETUR Agência: BID Título: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Estado de PE (PRODETUR NACIONAL)	BID 2409/OC-BR	US\$ 75.000,00	US\$ 0,00	0,00%	5 anos (2011-2015)	Previsto: 5 anos (2011-2015)
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEFAZ Agência: BID Título: Projeto de apoio a modernização e a transparência da Gestão Fiscal do Estado PE – PROFISCO	BID 2151/OB-BR	US\$ 15.000,00	US\$ 750,00	5,00%	4 anos (2010-2013)	Previsto: 4 anos (2010-2013)
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SECTEC Agência: BID Título: Arranjos Produtivos Locais - APL	BID 2147/OC-BR	US\$ 10.000,00	US\$ 0,00	0,00%	4,5 anos (2011-2015)	Previsto: 4,5 anos (2011-2015)
Mutuário: Estado de Pernambuco Executor: SEPLAG Agência: BIRD Título: Programa de Desenvolvimento das Políticas Públicas do Estado de Pernambuco - Pernambuco: Expandindo oportunidades e aumentando a equidade		US\$ 500.000,00	US\$ 500.000,00	100%	Imediato	Imediato

5.1.3. Informações a serem prestadas exclusivamente quando o Mutuário for Estado, Distrito Federal ou Município

Estão fornecidos, anexo, os seguintes documentos:

- Balanço Orçamentário Consolidado (Anexo 12 da Lei 4320/64) – Exercício/2011;
- Balanço Financeiro Consolidado (Anexo 13 da Lei 4320/64) – Exercício/2011;
- Balanço Patrimonial Consolidado (Anexo 14 da Lei 4320/64) – Exercício/2011;
- Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidada (Anexo 15 da Lei 4320/64) – Exercício/2011;
- Notas Explicativas ao Balanço 2011 Consolidado;
- Compromisso de Desembolso para Pagamento do Serviço da Dívida – Administração Direta e Administração Indireta.

5.1.4. Indicação de Contragarantias

As contragarantias a serem oferecidas à garantia da União, durante o prazo de vigência do contrato, são constituídas de parcelas necessárias e suficientes das receitas a que se referem os artigos 155, 157 e 159, na forma do artigo 167, todos da Constituição Federal, ou outros recursos que venham a substituí-los com idêntica finalidade.

5.2. INFORMAÇÕES SOBRE O EXECUTOR E CO-EXECUTORES

5.2.1. Identificação do Executor

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG: tem a atribuição de: planejar, desenvolver e acompanhar ações que visem ao desenvolvimento territorial, econômico e social do Estado de Pernambuco; coordenar o processo de planejamento governamental, inclusive o plano plurianual; coordenar a descentralização das ações governamentais; coordenar o planejamento regional e metropolitano; normatizar os procedimentos relativos ao processo de elaboração, execução e acompanhamento da legislação orçamentária do Estado; coordenar o processo de elaboração das diretrizes orçamentárias e os orçamentos estaduais; coordenar a gestão estratégica do Governo, desenvolver e aperfeiçoar o modelo de gestão e sistematizar o gerenciamento dos projetos estratégicos do Governo do Estado; e coordenar o processo de captação e aplicação de recursos, promovendo o relacionamento do Governo com organizações nacionais e internacionais de financiamento;

5.2.2. Identificação dos Co-Executores Técnicos

SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ: tem a atribuição de: desenvolver e executar a política tributária do Estado; proceder à arrecadação e à fiscalização da receita tributária estadual; normatizar os procedimentos relativos ao processo de

arrecadação tributária; desenvolver e executar a política financeira do Estado; normatizar os procedimentos relativos ao processo de elaboração da legislação relativa à programação financeira da execução orçamentária e da contabilidade pública; e coordenar a definição e o controle da política de endividamento do Estado.

SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO – SCGE: tem a atribuição de: promover a prevenção e o combate à corrupção e a defesa do patrimônio público, planejando, desenvolvendo e executando ações de controle interno, atinentes à melhoria da qualidade na aplicação dos recursos públicos, à auditoria pública e ao incremento do controle social e da transparência da gestão no âmbito da administração pública estadual; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SAD: tem a atribuição de: planejar, desenvolver e coordenar os sistemas administrativos de gestão de pessoal, patrimônio, materiais, transportes e comunicações internas, no âmbito da Administração Pública Estadual; promover, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos de tecnologia da informação; e promover a modernização administrativa do Estado e o desenvolvimento organizacional aplicados à Administração Pública Estadual, servindo como órgão disciplinador dos Sistemas de Compras, Licitações e Contratos;

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO – PGE: tem a atribuição de: exercer a representação jurídica, judicial e extrajudicial do Estado e das suas entidades de direito público interno; prestar apoio em assuntos jurídicos e legislativos ao Governador do Estado; prestar serviços de consultoria jurídica aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual; normatizar e promover a uniformização de jurisprudência administrativa no âmbito do Estado; desempenhar as funções relativas à execução fiscal da dívida ativa; zelar pela observância da legalidade e da finalidade dos atos administrativos e das atividades governamentais; exercer a representação judicial das fundações públicas; de elaboração e publicação dos atos do Governador; e outras elencadas na Lei Complementar nº 02, de 20 de agosto de 1990;

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CPRH: é uma entidade autárquica especial estadual, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade, integra a Administração Descentralizada do Governo do Estado de Pernambuco, exercendo atividades públicas diretamente, exclusivas e concorrentes da competência do Poder Executivo. A Agência é detentora de poder de polícia administrativa, atuando através da gestão dos recursos ambientais e sobre as atividades e os empreendimentos utilizadores dos recursos naturais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, ou que possam causar, sob qualquer forma, degradação ambiental.

5.2.3. Ações Necessárias para o fortalecimento institucional do Executor e Co-Executores

Não se identificou a necessidade de ações prévias de fortalecimento institucional do órgão executor. A SEPLAG possui um quadro de servidores efetivos e um corpo gerencial capacitado para a execução do Programa.

5.3. DETALHAMENTO FÍSICO-FINANCEIRO DA PROPOSTA

5.3.1. Cronograma Físico-Financeiro

Por se tratar de uma operação do tipo PBL, onde os recursos do empréstimo não estão vinculados aos componentes da **MATRIZ DE POLÍTICAS**, mas sim aos investimentos constantes do Plano Plurianual do Estado, torna-se desnecessária a elaboração e apresentação do anexo relativo ao cronograma físico-financeiro de aplicação do valor de US\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de dólares americanos), cujo desembolso se dará em duas parcelas (*tranches*).

5.3.2. Fontes de Recursos

A fonte de recursos é o Banco Interamericano de Desenvolvimento, não havendo contrapartida por parte do Governo do Estado de Pernambuco.

6. RESPONSÁVEIS PELO CONTATO COM A COFLEX

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEPLAG (executora e coordenadora)

TITULAR	
NOME/CARGO:	ALEXANDRE REBÊLO TÁVORA Secretário de Planejamento e Gestão
TELEFONE / FAX:	(81) 3182.3869 / (81) 3182.3904
ENDEREÇO:	Rua da Aurora, 1377 – Santo Amaro – Recife/PE
CEP:	50.030-040
E-MAIL:	renata.nobrega@seplag.pe.gov.br
SUBSTITUTO	
NOME/CARGO:	EDILBERTO XAVIER ALBUQUERQUE JUNIOR Secretário Executivo de Planejamento, Orçamento e Captação
TELEFONE / FAX:	(81) 3182.3856 / (81) 3182.3858
ENDEREÇO:	Rua da Aurora, 1377 – Santo Amaro – Recife/PE
CEP:	50.030-040
E-MAIL:	edilberto.xavier@seplag.pe.gov.br

SECRETARIA DA FAZENDA

TITULAR	
NOME/CARGO:	PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA Secretário da Fazenda
TELEFONE / FAX:	(81) 3183.6181 / (81) 3183.6171
ENDEREÇO:	Rua Do Imperador Pedro II, s/n, 8º Andar – Santo Antônio – Recife/PE
CEP:	50010-240
E-MAIL:	paulo.camara@sefaz.pe.gov.br
SUBSTITUTO	
NOME/CARGO:	LUCIANA CAVALCANTI ANTUNES Diretora Geral de Planejamento e Controle da Ação Fiscal
TELEFONE / FAX:	(81) 3183.6354 / (81) 3183.6344
ENDEREÇO:	Av. Dantas Barreto, Edf. São Rafael, 1186 – São José – Recife/PE
CEP:	50010-360
E-MAIL:	luciana.antunes@sefaz.pe.gov.br

SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO

TITULAR	
NOME/CARGO:	DJALMO DE OLIVEIRA LEÃO Secretário da Controladoria Geral do Estado
TELEFONE / FAX:	(81) 3183-0917
ENDEREÇO:	Rua Santo Elias, 535 - Espinheiro – Recife/PE
CEP:	52020-090
E-MAIL:	cge@cge.pe.gov.br / sandra.gusmao@cge.pe.gov.br
SUBSTITUTO	
NOME/CARGO:	ANTONIO ANDRÉ SILVA RODRIGUES Secretário Executivo
TELEFONE / FAX:	(81) 3183-0927
ENDEREÇO:	Rua Santo Elias, 535 - Espinheiro – Recife/PE
CEP:	52020-090
E-MAIL:	cge@cge.pe.gov.br

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TITULAR	
NOME/CARGO:	JOSÉ RICARDO WANDERLEY DANTAS DE OLIVEIRA Secretário de Administração
TELEFONE / FAX:	(81) 3183-7600 / (81) 3183-7604
ENDEREÇO:	Rua Dona Maria César, 68 - Bairro do Recife – Recife/PE
CEP:	50030-140
E-MAIL:	ricardodantas@sad.pe.gov.br
SUBSTITUTO	
NOME/CARGO:	LEONILDO SALES Secretário Executivo de Administração
TELEFONE / FAX:	(81) 3183-7740 / (81) 3183-7749
ENDEREÇO:	Rua Madre de Deus, 27 – Bairro do Recife – Recife/PE
CEP:	50030-906
E-MAIL:	leonildo.sales@sad.pe.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

TITULAR	
NOME/CARGO:	THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES Procurador Geral do Estado
TELEFONE / FAX:	(81) 3181-8500
ENDEREÇO:	Rua do Sol, 143 - Santo Antônio – Recife/PE
CEP:	50010-470
E-MAIL:	gabinete@pge.pe.gov.br

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO-AMBIENTE

TITULAR	
NOME/CARGO:	HELIO GURGEL CAVALCANTI Diretor Presidente
TELEFONE / FAX:	(81) 3182-8800
ENDEREÇO:	Rua Santana, 367 – Casa Forte – Recife/PE
CEP:	52060-460
E-MAIL:	helio.gurgel@cprh.pe.gov.br

ANEXOS

- I.** Balanço Orçamentário Consolidado (Anexo 12 da Lei 4320/64) – Exercício/2011;
- II.** Balanço Financeiro Consolidado (Anexo 13 da Lei 4320/64) – Exercício/2011;
- III.** Balanço Patrimonial Consolidado (Anexo 14 da Lei 4320/64) – Exercício/2011;
- IV.** Demonstração das Variações Patrimoniais - Consolidada (Anexo 15 da Lei 4320/64) – Exercício/2011;
- V.** Notas Explicativas ao Balanço 2011 Consolidado;
- VI.** Compromisso de Desembolso para Pagamento do Serviço da Dívida – Administração Direta e Administração Indireta;



**PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(PROCONFIS/PE)**

CARTA CONSULTA À COFIEIX

ANEXO I

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO CONSOLIDADO (ANEXO 12 DA LEI 4320/64) – EXERCÍCIO/2011



**PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(PROCONFIS/PE)**

CARTA CONSULTA À COFIEIX

ANEXO II

BALANÇO FINANCEIRO CONSOLIDADO (ANEXO 13 DA LEI 4320/64) – EXERCÍCIO/2011



**PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(PROCONFIS/PE)**

CARTA CONSULTA À COFIEIX

ANEXO III

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (ANEXO 14 DA LEI 4320/64) – EXERCÍCIO/2011



**PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(PROCONFIS/PE)**

CARTA CONSULTA À COFIEIX

ANEXO IV

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - CONSOLIDADA (ANEXO 15 DA LEI 4320/64) –
EXERCÍCIO/2011**



**PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(PROCONFIS/PE)**

CARTA CONSULTA À COFIEIX

ANEXO V

NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO 2011 CONSOLIDADO



**PROGRAMA DE CONSOLIDAÇÃO DO EQUILÍBRIO FISCAL PARA O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
(PROCONFIS/PE)**

CARTA CONSULTA À COFIEIX

ANEXO VI

**COMPROMISSO DE DESEMBOLSO PARA PAGAMENTO DO SERVIÇO DA DÍVIDA – ADMINISTRAÇÃO DIRETA E
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**
